ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO

15 ANOS

BELO HORIZONTE
2002

Escola Sindical 7 de Outubro
Rua Nascimento, 101 – 30.620-390 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3383-6789 – Fax: (31) 3383-6647
E-mail: escola7@planetarium.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Secretaria Nacional de Formação/CUT
Altemir Antônio Tortelli

Secretaria Estadual de Formação/CUT-MG
José Celestino Lourenço

Secretaria Estadual de Formação/CUT-ES
José Carlos Pigatti

Secretaria Estadual de Formação/CUT-RJ
Inalda Alice Pimentel do Couto

Representante dos Sócios Fundadores
Eduardo Armond Cortes de Araújo

Representante dos Funcionários
Maria Catarina de Sousa

SIND-UTE
Adalete Alves Pacheco

SINTTEL-MG
Aristóteles dos Santos

Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
Marcelo Luis Santos Ribeiro

SEPE-RJ

SINERGIA-ES
Paulo Sérgio Valadares

SINDIUPES
Elda Alvarenga

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenador Geral
Antonio Roberto Lambertucci

Coordenadora Administrativo-Financeira
Cleudirce Cornélio Camargos

Coordenador de Formação
José Eustáquio de Brito

Texto
Antonio Roberto Lambertucci
Geraldo Magela da Trindade
José Eustáquio de Brito
José Luiz Fazzi
Leila Maria Bedeschi Costa
Maria Aparecida Rodrigues de Miranda
Shirley Aparecida de Miranda

Edição de Texto
Claudemir Francisco Alves

Projeto gráfico e editoração
Marcelino Peixoto

Tiragem: 2.000 exemplares

Sumário

Apresentação 05

Uma Escola para a CUT 07
- A Escola Sindical e a rede de formação da CUT
- A concepção político-pedagógica
- O plano de trabalho

Educação e Trabalho 13
- Escolarização e formação profissional
- Reflexão e sistematização
- Comunicação

Projeto Sindical da CUT 23
- Formação de dirigentes sindicais
- Formação de formadores
- Relações de gênero
- Consolidação da rede regional de formação
- Cooperação e intercâmbio internacional
- Organização, gestão e planejamento sindicais
- Desenvolvimento e democracia

Projetos desenvolvidos pela Escola 39
- Projeto Integração
- Projeto Semear
- Projeto de Educação de Trabalhadores
- Projetos de formação sócio-profissional
- Projeto Nacional de Saúde no Trabalho – INST/CUT

Projeto Político-pedagógico da Escola sindical 7 de outubro primeira versão (1990) 63

Anexos 71
- 7 de Outubro
- Participação do Movimento Sindical
- Estrutura de Gestão da Escola
- Infra-estrutura da Escola
- Atividades realizadas (1989-2001)
- Publicações da Escola Sindical 7 de Outubro
- Cooperação Internacional - FIM/CISL-ISCOS
- Cooperação Internacional - ILDESFES
- Cooperação Internacional - DGB BILDUNGSWERK
- Cooperação Internacional - EED

APRESENTAÇÃO

A Escola Sindical 7 de Outubro completa 15 anos em meio a grandes mudanças internacionais, com muitas implicações para os trabalhadores, sobretudo para aqueles que vivem na periferia da economia mundial. Não bastassem as crises motivadas, em larga medida, pela subserviência dos governos às instituições financeiras multilaterais, a reestruturação produtiva precariza a relação de emprego e muda significativamente o perfil da classe trabalhadora, apresentando aos sindicatos desafios novos.

Refletir sobre essas mudanças com os trabalhadores sentados no chão, desenhando maquetes, lendo textos espalhados pelos jardins, pintando os impactos da intensificação dos processos produtivos sobre a saúde do trabalhador, recortando e montando revistas, expressando-se através de peças teatrais causa surpresa aos que trazem expectativas de receber informações prontas e conhecimentos previamente sistematizados. Aproximar analfabetos e outros trabalhadores que alcançaram níveis elevados de escolaridade para juntos teorizarem sobre sua prática sindical e sobre o conhecimento adquirido no cotidiano é procedimento pedagógico que desafia muitas entidades que fazem formação, mas para a Escola Sindical 7 de Outubro essa é uma prática permanente.

Um espaço em que homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, se encontram para produzir conhecimento. Um centro de reflexão sobre os mundos do trabalho, adequado para os trabalhadores se apropriarem do saber por eles mesmos gerado em seu fazer cotidiano. É essa compreensão amadurecida nos movimentos populares, assumida e aprofundada pela Escola Sindical 7 de Outubro, que faz dessa Escola um dos mais respeitados centros de reflexão e elaboração político-pedagógica do País, com ênfase nas áreas de interesse da Central Única dos Trabalhadores.

Os processos de formação desenvolvidos na Escola encontram seu sentido na estratégia cutista de ser uma central sindical fundada nos valores da liberdade e da autonomia, e de contribuir para aprimorar a democracia no País. Apresenta-se sempre de novo o desafio de articular a luta mais imediata dos trabalhadores pela sobrevivência, com os objetivos históricos de quem constrói uma sociedade em que prosperem a dignidade e a paz.

O 15º aniversário da Escola Sindical 7 de Outubro oferece também muito a comemorar. Foram mais de 2.000 atividades de formação, com um número de participantes que ultrapassa os 60.000. Parcerias foram estabelecidas, laços de cooperação foram estreitados. Trabalhadores do Brasil e de vários outros países tornaram seu esse espaço de formação plural. Essa publicação se apresenta, portanto, como uma síntese do trabalho desenvolvido: percurso de muitas histórias que, neste espaço, encontraram momentos de convergência.

Guardem estas páginas o reconhecimento do esforço de todos os que contribuíram para a realização do sonho de construir uma escola dos trabalhadores e para os trabalhadores.

Coordenação Executiva

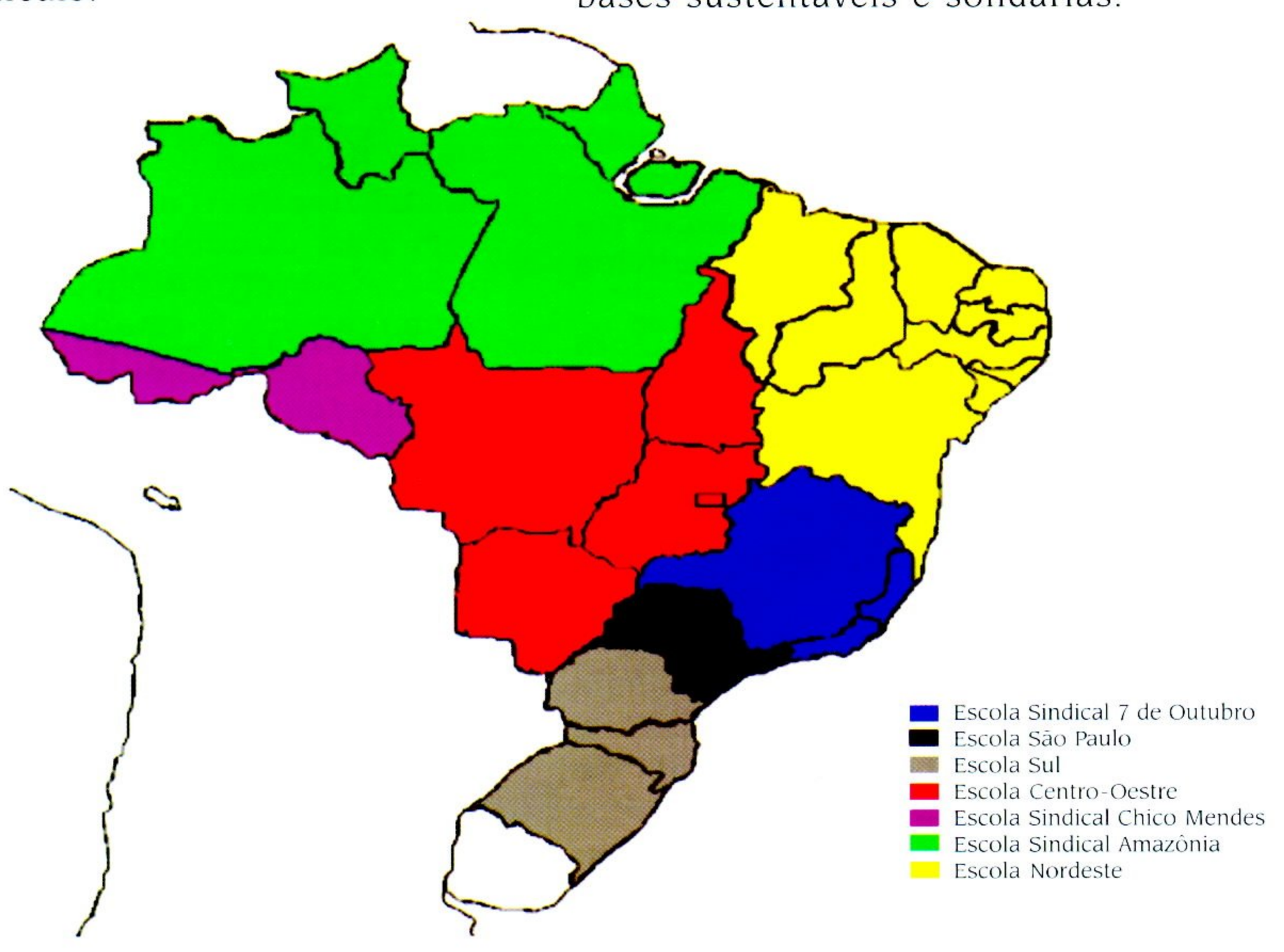
UMA ESCOLA PARA A CUT

A Escola Sindical 7 de Outubro é a afirmação do querer e do poder de homens e mulheres que trabalham nas indústrias, nos bancos, nas telecomunicações, nas minas, nos campos, nas escolas, nas ruas, capazes de pensar e construir o seu projeto político e a sua escola.

Constituiu-se como um centro de referência, autônomo e plural, de elaboração e socialização do conhecimento sobre os mundos do trabalho, urbano e rural, sobre a formação dos trabalhadores e sobre os desafios encontrados na ação e na organização sindicais.

Tornou-se um espaço de encontro de trabalhadores do Brasil e de outros países, desenvolvendo um fecundo processo de intercâmbio com universidades e centros de pesquisa e de assessoria ao movimento sindical.

Tem contribuído na formação de homens e mulheres, indivíduos e cidadãos, desenvolvendo suas potencialidades, fortalecendo o projeto político organizativo da CUT e reafirmando o projeto dos trabalhadores de democratizar a sociedade e de promover o desenvolvimento econômico do País sobre bases sustentáveis e solidárias.



A Escola Sindical e a rede de formação da CUT

Desde a fundação da CUT, a formação de seus dirigentes e militantes foi tratada como uma condição para que se articulassem o plano de lutas e a elaboração do projeto sindical da Central. Mesmo antes da constituição de uma organização nacional mais centralizada, já ocorriam atividades formativas em várias partes do País.

Ainda nos anos oitenta, a formação foi estabelecida como uma das prioridades da CUT e a estruturação da secretaria de formação foi uma das metas propostas no Plano Geral de Ação da Central em 1987. Desde então, vêm se aprofundando concepções de formação que se distinguem em suas formulações políticas, pedagógicas e metodológicas. Tal diversidade caracteriza e, ao mesmo tempo, constitui a política nacional de formação da Central.

A Escola Sindical 7 de Outubro integra a rede nacional de formação da CUT, composta por outras seis escolas, localizadas nas diversas regiões do Brasil; pelas secretarias nacional e estaduais de formação; por sindicatos, federações e confederações e por numerosos educadores. Essa rede se organiza em fóruns ou coletivos nos âmbitos nacional, regionais, estaduais e microrregionais que discutem e fundamentam a política nacional de formação.

Participando ativamente desses fóruns, a Escola colabora na permanente reflexão sobre o projeto sindical cutista e sobre as inter-relações entre os mundos do trabalho e a educação, visando a manter a atualidade da política de formação, respondendo de forma adequada aos desafios que a conjuntura nacional e mundial coloca para os trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que trabalha para o fortalecimento de uma política nacional de formação na Central, a Escola volta seu olhar para a organização do movimento sindical cutista nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que constituem sua região de abrangência, para a qual as atividades formativas são prioritariamente oferecidas.

A Escola participa da execução do Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT (PNQP/CUT) nessa região, contribuindo, com sua concepção pedagógica e suas práticas metodológicas, nos campos da formação de formadores e de dirigentes sindicais, e da qualificação profissional. Ao mesmo tempo em que dirige sua atuação para a construção e permanente atualização da política de formação e da estratégia sindical da Central, coloca para si mesma o desafio de intervir nas políticas públicas de educação e de geração de emprego e renda, para que se baseiem no direito de acesso aos bens culturais, na democracia, na sustentabilidade e na solidariedade.

A relação de organicidade da Escola com a CUT é um processo em permanente construção. Traduz-se numa integração efetiva das entidades

sindicais na vida e na gestão da Escola, criando condições para que sejam contempladas em sua prática pedagógica a pluralidade de idéias e de experiências e a diversidade política presentes nos sindicatos e na Central. Essa organicidade deve substantivar-se, por outro lado, na contribuição real da formação à construção do projeto sindical cutista, na medida em que crie condições para a compreensão dos seus desafios imediatos e históricos. É a partir dessa concepção que deve ser qualificada a autonomia de que necessita para produzir conhecimento crítico, indispensável a toda formação que se pretenda transformadora.[1]

A CONCEPÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Desde sua primeira formulação, o projeto político-pedagógico da Escola Sindical 7 de Outubro se caracterizou pela formação integral dos trabalhadores, levando-os ao "pleno desenvolvimento de suas potencialidades"[2], não apenas enquanto trabalhadores e sindicalistas, mas também enquanto indivíduos que integram uma totalidade social. A reinvenção da vida individual e coletiva não é apenas um elemento que se soma à formação política; todas as experiências humanas são elementos constitutivos de uma formação dos sujeitos para a autonomia.

Essa perspectiva se justifica por uma confiança na capacidade de todo homem e de toda mulher de pensar, de ter e compreender idéias. Isso implica a contraposição a um modelo de sociedade que distingue os que devem pensar daqueles que devem trabalhar e produzir.

Na Escola Sindical, o trabalhador é estimulado a se expressar e a exercitar sua capacidade de pensar de forma autônoma. Compreende-se a aprendizagem como um processo de construção do conhecimento. Por isso, procura-se evidenciar, na ação pedagógica, os mais diversos pontos de vista e concepções sobre cada tema tratado. O ato de estudar que o trabalhador realiza na Escola é um ato de criação e de recriação. Ele é motivado a "assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema, na procura de compreender as coisas e os fatos"[3].

O trabalhador, ao vir para a Escola, já traz consigo um conhecimento adquirido e reelaborado ao longo de sua história pessoal. Não se trata apenas de um conhecimento intelectual ou de um acúmulo de informações, de crenças formais ou sistemáticas, mas de significados e valores, de experiências sociais, do modo como são ativamente vividos e sentidos. Esse saber é o ponto de partida da formação e é posto em confronto com outras formas de conhecimento, não com a finalidade de

estabelecer hierarquia entre a experiência vivida e o saber sistematizado na academia ou em outras instituições socialmente legitimadas, mas para fazer nascer um conhecimento capaz de conjugar diferentes saberes.

As implicações de semelhante modelo se fazem sentir também nas relações que se estabelecem entre educadores e educandos. Valoriza-se mais intensamente o exercício do pensar e a aquisição e aprimoramento de uma "atitude *crítica*, *curiosa* e *criativa* em face do objeto"[4], em contraposição a modelos que se centram no discurso do educador sobre o objeto de estudo, com poder de qualificar o conhecimento do educando como certo ou errado. O saber não é entendido como algo estático e acabado que o educador entrega aos educandos; antes, é um direito cuja conquista exige esforço individual e coletivo. O princípio pedagógico subjacente é de que

> [...] as palavras, conceitos e teorias só constituirão um enriquecimento se forem resultado e prolongamento da nossa experiência e conquista pessoal, incorporados à vida, em todos seus aspectos, dos trabalhadores.[5]

No desejo de contemplar, nas atividades pedagógicas, "as particularidades de vida e trabalho dos trabalhadores"[6], a Escola se defronta com a variabilidade do mundo do trabalhador. Entendendo que determinados usos lingüísticos cristalizam e reafirmam posturas ideológicas que tratam como idêntico o que é plural, deixando passar despercebida a necessidade de intervir com políticas específicas para tratar a diferenciação, a Escola prefere falar não em *mundo do trabalho*, mas em *mundos do trabalho*, com o intuito de dar evidência a esse caráter plural das relações de trabalho e das organizações de processos produtivos.

Ao mesmo tempo em que respeita essa diversidade dos mundos do trabalho e dos trabalhadores, procura cultivá-las, convencida de que a diversidade, quando não escamoteia os conflitos, mas os reconhece e os enfrenta, enriquece as partes envolvidas. Por isso, dá destaque a dois temas que perpassam transversalmente seu plano de trabalho, sendo abordados de diferentes maneiras nas atividades de formação. Trata-se das questões de gênero e raça.

A Escola é um espaço de formação de mulheres e homens de múltiplas raças e etnias. Embora, ao longo desses anos, tenham sido realizadas atividades específicas para mulheres ou discussões sobre a questão racial dirigidas especificamente a grupos diretamente interessados, a Escola compreende que gênero não é um problema a ser discutido apenas por mulheres, assim como raça não é questão apenas para negros ou etnias freqüente e, muitas vezes, impropriamente denominadas "minoritárias". Essas são questões que afetam toda a sociedade, e a

classe trabalhadora deve formular suas próprias políticas de reconhecimento e valorização positiva da diferenciação e de enfrentamento do preconceito e da opressão.

Citando a primeira versão de seu Projeto Político-pedagógico, podem-se sintetizar a proposta e o desafio da Escola Sindical 7 de Outubro em

> Repensar essas diversas questões, procurando conjugar dialeticamente o individual ao coletivo, o rigor à criatividade, eis o grande desafio que a Escola Sindical tem pela frente, na busca de homens e mulheres capazes de intervir numa sociedade dinâmica e conflitiva enquanto indivíduos autônomos unidos por uma mesma vontade política.[7]

O PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho da Escola é definido anualmente pelos fóruns de gestão institucional (o Conselho Deliberativo e a Assembléia Geral dos Associados), percorrendo um processo de discussão que incorpora o acúmulo de reflexões desenvolvidas nas atividades de formação; as práticas empreendidas pelos vários agentes da rede de formação cutista na região de abrangência da Escola; e as demandas provenientes das instâncias da política nacional de formação da CUT.

Nos últimos anos, na organização do plano de trabalho têm sido identificadas concentrações temáticas, que se denominam *Áreas Estratégicas*, por serem fundamentais para o enfrentamento dos desafios postos para os trabalhadores, diante das recentes transformações no mundo do trabalho e das estratégias governamentais e empresariais. Atualmente, distinguem-se as áreas *Educação e Trabalho* e *Projeto Sindical da CUT*.

Diversos eixos temáticos compõem cada uma das áreas estratégicas, reunindo atividades de formação afins e articulando os projetos executados pela Escola, nos vários âmbitos da rede nacional de formação.

[1] COORDENAÇÃO Provisória da Escola. *Você já foi à Escola?* [Belo Horizonte]: Escola Sindical 7 de Outubro, 1995. p.7-8.
[2] ESCOLA Sindical 7 de Outubro. *Primeira versão do Projeto de Formação Sindical.* Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1990 (ca.). p.42.
[3] FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler.* São Paulo: Cortez, 2001. p.67.
[4] ESCOLA Sindical 7de Outubro. *Primeira versão...* p.45.
[5] ESCOLA Sindical 7de Outubro. *Primeira versão...* p.45.
[6] ESCOLA Sindical 7de Outubro. *Primeira versão...* p.46.
[7] ESCOLA Sindical 7de Outubro. *Primeira versão...* p.43.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

A construção dos vínculos entre educação, trabalho e formação profissional deve – como uma exigência ética e humanística – se colocar no campo do direito: todo trabalhador e toda trabalhadora têm direito à vida, ao trabalho, à educação; tem o direito de viver uma vida digna e feliz; o direito à cidadania e à participação política. Por isso, deve ter reconhecido também seu direito de acesso à informação e à cultura e de se tornar capaz de compreender o mundo em que vive, nele podendo intervir individual e coletivamente.

Por representarem a negação desses direitos, as tentativas de reduzir a educação dos trabalhadores à dimensão economicista do "capital humano" – considerando-a um mero requisito para a entrada ou permanência num mercado de trabalho de poucas oportunidades – devem ser permanentemente combatidas. São a expressão de um projeto de dominação econômica, política e social pautado por uma perspectiva individualista que fragmenta interesses coletivos.

Ao definir o tema educação e trabalho como uma área estratégica, a Escola Sindical 7 de Outubro tem a intenção de contribuir para o desenvolvimento de uma concepção de educação, no âmbito da CUT, capaz de problematizar as relações entre trabalho e educação, visando a intervir nas políticas públicas educacionais, tanto nos níveis de gestão e planejamento como na elaboração de propostas curriculares e práticas pedagógicas.

A Escola Sindical prioriza a parceria com o poder público, como maneira de influenciar na construção de políticas que se contraponham à desigualdade social e à discriminação de raça e gênero. Seu objetivo é contribuir na construção de propostas metodológicas apropriadas ao perfil do aluno adulto e trabalhador e no desenvolvimento de conteúdos e percursos formativos que não se limitem à transmissão do conhecimento, mas estimulem a participação ativa dos sujeitos na sua construção. Além disso, a Escola Sindical assume como estratégia o tratamento integrado das dimensões da educação básica, da formação profissional e da formação sindical de modo a não segmentar a formação dos trabalhadores.

Partindo de um processo de formação sistemático e permanente, a Escola Sindical 7 de Outubro pretende cooperar para a ampliação da intervenção do movimento sindical da CUT nas políticas públicas, de modo especial na educação dos trabalhadores.

ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A restrição do acesso dos trabalhadores à educação desafia a Escola Sindical 7 de Outubro a constituir uma experiência de escolarização que considere as especificidades do aluno adulto e trabalhador. Seus projetos têm o objetivo de dar evidência à necessidade de que a educação de jovens e adultos, inseridos nos mundos do trabalho, difira do modelo estruturado pelo Estado para a educação de crianças e adolescentes.

Embora a política educacional, da forma como a Escola Sindical a entende, seja uma prerrogativa do Estado e nenhuma outra instituição possa substituí-lo nessa tarefa, cabe aos grupos sociais organizados intervir para que essa política esteja a serviço dos interesses

dos trabalhadores. As iniciativas da Escola Sindical no campo da escolarização cumprem o papel de dar visibilidade à carência de vagas e ao despreparo metodológico das escolas públicas para receberem alunos com esse perfil, o que contribui para manter reprimida uma demanda, até o momento nem mesmo mensurada.

São experiências desenvolvidas por uma extensão de tempo que se sabe delimitada, com a finalidade de desencadear políticas públicas educacionais que atendam ao perfil do aluno trabalhador. No entanto, uma vez alcançado um certo objetivo, seu tempo de existência pode ser prorrogado para que se aprofundem outras dimensões da metodologia, do conhecimento ou da estratégia política.

Orientando-se pela lei instituída – o *Parecer sobre a Educação de Jovens e Adultos* –, a Escola Sindical 7 de Outubro forma professores e alunos para serem capazes de negociar essa proposta junto ao poder público. Isso tem redundado em profícuas parcerias com prefeituras de municípios onde se realizam os Projetos, as quais têm atuado tanto na criação de novas turmas como assumido política e economicamente os custos de manutenção daquelas inicialmente propostas.

Nas experiências de escolarização, atualmente em desenvolvimento, o município tem se apresentado como um importante espaço de atuação. No entanto, a Escola considera ser campo potencial de seus projetos qualquer esfera do poder público em que seja possível traçar um caminho para constituição de políticas de educação de jovens e adultos trabalhadores e, por isso, tem se proposto a estabelecer um diálogo com governos estaduais e a participar dos fóruns nacionais de educação da CUT, com o intuito de intervir nas formulações da Central sobre esse tema. Deseja-se que o processo de negociação da CUT junto ao Governo Federal siga essa mesma via de atuação nos espaços públicos de educação.

O pressuposto pedagógico de que se parte nesses projetos de escolarização é o de que alunos adultos não apenas trazem conhecimento prévio; eles têm também grande capacidade para produzi-lo. Valorizar essa capacidade exige a reformulação das noções de tempo e espaço escolares, do currículo e das interações sociais nas relações de ensino e aprendizagem.

O espaço escolar é fundamental, enquanto possibilita a alunos adultos assumirem a produção do saber, reconhecendo-se enquanto sujeitos dessa ação. A escola é o espaço propício para que o aluno possa fazer o percurso de desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem até o momento em que se torna capaz de criar seu próprio espaço de produção do conhecimento ou de se inserir em outros espaços formais de educação. No entanto, é necessário escapar à noção espacial restrita que o termo *escola* encerra. A idéia de "projeto" tem se revelado mais ampla, enquanto permite pensar não em um espaço físico delimitado, mas em uma multiplicidade de espaços: onde estiverem o aluno e o professor numa atividade pedagógica, aí está a escola.

A educação não acontece apenas na escola, nem mesmo quando esta é entendida desse modo mais amplo. Os processos de

produção de saber e de conhecimentos ocorrem continuamente, inclusive no trabalho. Contudo, no seu espaço de trabalho, esses alunos não têm poder de decisão sobre o conhecimento que é produzido; é um outro (e não o sujeito que conhece) quem se apropria desse produto. O trabalhador produz, aprende coisas específicas e, ao mesmo tempo, distanciando-se desse saber particular, torna-se capaz de vislumbrar outras dimensões não imediatamente relacionadas àquele processo de trabalho. No entanto, porque dele outros se apropriam, esse conhecimento não gera reinserção social ou movimento de mudança para quem o produziu. Inversamente, o exercício da autonomia frente ao conhecimento se torna uma atitude que reverte a todas as relações sociais que o aluno estabelece, com implicações, inclusive, sobre seu processo de trabalho.

A aquisição da autonomia se torna fundamental. Esses alunos necessitam de se assenhorar da capacidade que já possuem de produzir conhecimento.

Um conceito básico dessa proposta educacional é o de *mundos do trabalho*. Ao enunciá-lo no plural, deseja-se dar visibilidade à heterogeneidade: são diferenciados os trabalhos urbano, rural e industrial. Distinguem-se também o trabalho da dona de casa e o trabalho informal. Há, ainda, entre os trabalhadores, especificidades de idade, de gênero, de raça, de contratos de trabalho... Todos esses elementos – que constituem o local de produção não apenas material, mas também simbólica, e que são o próprio cotidiano do trabalhador – se tornam objetos de discussão no processo educativo.

Essa heterogeneidade social condiciona o sujeito. Gênero, raça, geração são inerentes às relações deste com o mundo. Por isso, as noções de cultura (ou de culturas) e de identidade perpassam a concepção pedagógica dos projetos desenvolvidos pela Escola Sindical. Busca-se, inicialmente, não o perfil dos alunos, mas a sua identidade; não o que eles pensam do mundo, mas as representações que fazem dele. No diálogo do educador com tais representações, dá-se a construção do conhecimento.

O sujeito do trabalho é a categoria fundante desse fazer pedagógico. Isso implica uma mudança de enfoque, de modo que é o Projeto que se organiza em função daqueles que vão estar ali – e não o contrário –, impondo uma revisão de conceitos como a avaliação, a metodologia, a freqüência etc.

Controla-se, por exemplo, a freqüência, não para computar a presença do aluno e sim para conhecer as causas de sua infreqüência e poder intervir sobre elas. A estruturação do Projeto deve considerar as dificuldades dos alunos para retornarem à escola. Afirmar a adaptabilidade do projeto aos alunos e não o contrário, significa, nesse caso, que as regras de funcionamento são negociadas com cada turma. Quanto às faltas, é necessário garantir que, em comparecendo à aula, o aluno possa participar e se envolver intensamente nas atividades. Inversamente, quando não comparece, é preciso garantir uma presença na ausência, se informando com colegas ou professores sobre o que aconteceu no dia em que não pôde vir.

O professor não é o único responsável pela construção do conhecimento que o aluno

realiza. Essa é uma responsabilidade partilhada por todos os alunos. Os que podem freqüentar as aulas todos os dias devem ser capazes de ajudar aqueles que não conseguem se manter assíduos a se sintonizarem com a atividade. Uma seqüência perdida por alguém deve ser suprida pelos colegas, ainda que isso ocorra meses depois. O que se torna essencial é que um aluno – ao perceber que lhe falta uma referência para entender algo que está sendo discutido na sala de aula – possa dizê-lo e que os outros o ajudem a se localizar. Nesse movimento, todos aprendem.

Autonomia e solidariedade seguem juntas. A hipótese que tem sido levantada é de que o processo de aprendizagem, centrado no sujeito do conhecimento, é individual. Aprende-se sozinho. O aluno faz o seu próprio percurso dentro do Projeto e, nessa estrutura flexível com a qual se trabalha, ele tem possibilidades de buscar essa dimensão individual, vivida, no entanto, como um processo social. A coletividade é uma das dimensões fundamentais da autonomia: o aluno tem autonomia diante do conhecimento, mas a exerce em solidariedade com outros.

Do ponto de vista teórico, saber escolar e conhecimento não coincidem inteiramente. O conhecimento que é produzido fora da escola sofre uma transposição didática, para se tornar o saber da escola. Nesse sentido, esse conhecimento escolar não é central nos projetos desenvolvidos pela Escola Sindical. Daí a decisão de não trabalhar com cartilhas ou livros didáticos, nem fazer versões mais simples de textos. O sujeito tem que enfrentar cada situação lingüística da mesma forma que vai começar a lidar com gráficos e tabelas, ou enfrentar o impacto de ver uma exposição de arte ou de ir pela primeira vez a um museu.

Isso, entretanto, não significa que não se dê centralidade ao conteúdo. É necessário que os alunos se apropriem de alguns referenciais teóricos e de determinadas habilidades para que possam lidar com a produção de conhecimento da sociedade e a deles próprios. Contudo, isso não tem que ser alcançado, necessariamente, através dos conhecimentos escolares. Estes não são indispensáveis para garantir coisa alguma na sociedade: seja o ingresso à universidade ou ao mercado de trabalho, seja a inclusão social.

Lida-se com o conhecimento da sociedade, mas não com aquele formalizado e disciplinarmente segmentado nos parâmetros curriculares. Antes, vai-se além da própria prescrição ao abordarem-se o conhecimento acadêmico e as várias ciências que não estão presentes no conhecimento escolar. Demonstra isso o tratamento que se dá, nos Projetos, à antropologia. É uma ciência que não faz parte do currículo escolar, mas que está presente na relação de conhecimento que se deseja estabelecer com os alunos: eles lêem textos antropológicos, pesquisam, lidam com esse tipo de conhecimento. Nesse sentido, ultrapassa-se a lógica da prescrição. Como o currículo não é prescrito, mas construído nas relações que o sujeito vai estabelecendo, isso permite explorar outras possibilidades que enriquecem os conteúdos.

A premissa que sustenta tal concepção é a de que o processo de aprendizagem não ocorre em etapas, do mais simples ao mais complexo. Mais do que isso, é um movimento

de idas e vindas. Em se desejando conotar a não linearidade desse movimento, poder-se-ia dizer que se trata de movimentos concêntricos ou em espiral. Nada garante que um aluno que vá freqüentando etapa por etapa chegue ao final do percurso em condições de sistematizar o que aprendeu. Do mesmo modo, nada garante o contrário. Uma descoberta verbalizada por vários alunos tem orientado a hipótese de que a freqüência não teria relação estreita com o número de dias em que eles comparecem, mas com a qualidade dessa presença.

Essa perspectiva trabalhada na área estratégica de educação e trabalho reelabora princípios que já estavam presentes no primeiro Projeto Político-pedagógico da Escola Sindical 7 de Outubro. As novas experiências contribuem para tornar mais claro o entendimento do processo de aquisição do conhecimento e para avançar na compreensão de que partir do conhecimento do trabalhador não significa tomar como referência o saber de um indivíduo e sim o conhecimento produzido coletivamente por trabalhadores nos seus vários espaços de vida, de formação, de cultura.

Os conteúdos relacionados à formação profissional devem ser vistos a partir desse enfoque mais abrangente. Particularmente, para trabalhadores e trabalhadoras rurais, construir e partilhar conhecimentos sobre seu trabalho são requisitos fundamentais para a melhoria de suas condições de vida. Como os espaços de formação propiciados pelos projetos ultrapassam a demarcação da sala de aula, os conhecimentos sobre o trabalho emergem a partir de situações em que os educandos se vêem diante de questões práticas. A estratégia de combate a uma praga que esteja comprometendo a produtividade da lavoura, por exemplo, por meio do uso de uma tecnologia alternativa desenvolvida com recursos da própria comunidade, pode ser a porta de entrada para os estudos das relações entre ciência e desenvolvimento, de modo que se revela artificial a dicotomia do sujeito como ser produtivo e ser aberto ao conhecimento.

A Escola Sindical 7 de Outubro, como escola da CUT, tem a intenção de que os trabalhadores possam intervir efetivamente na sociedade. Por isso, impõe-se uma reflexão sobre a dicotomia do conhecimento verdadeiro e do falso, do válido e do inválido. Tais dicotomias são construções sociais que estabelecem relações de poder, ao validarem alguns conhecimentos e invalidarem outros, reconhecendo uns como verdadeiros e outros não. Isso implica que determinado conhecimento dá maior poder, enquanto outro não tem legitimação social.

Do ponto de vista da linguagem, é importante que os trabalhadores tenham o domínio sobre a dita "fala certa". Mesmo que, no cotidiano, o aluno empregue o padrão de linguagem que melhor lhe convier, ele tem que perceber o espaço em que se encontra e ser capaz de deliberar sobre o tipo de conhecimento que deverá empregar. O dirigente sindical, numa mesa de negociação, tem o dever de conhecer bem e utilizar a linguagem que aquela situação exige. Do mesmo modo, deve ser capaz de sistematizar, num outro padrão lingüístico, as informações sobre aquele processo negocial ao retransmiti-lo aos trabalhadores por ele representados. As linguagens são também conhecimentos sobre os quais o sujeito necessita ter o domínio.

Reflexão e sistematização

Desde a primeira formulação de seu Projeto Político-pedagógico, a Escola Sindical 7 de Outubro considerou indispensável tomar sua própria prática de formação sindical como objeto de estudo e indagação. Já naquele momento, colocava-se o desafio de "viabilizar e de sistematizar" enquanto "fato educativo", a atitude diagnosticadora e avaliativa, pela qual educadores e educandos vão produzindo e se apropriando dos novos conhecimentos nos processos de formação.

Também o incentivo ao "registro oral e escrito da experiência vivida, através do jornal, do áudio-visual, do vídeo, entre outros recursos"[1] aparece, nesse documento de fundação da Escola, como uma das propostas pedagógicas, capazes de facultar a educadores e educandos o exercício do "papel de sujeitos do processo de aprendizagem"[2]. O ato de sistematizar, no processo educativo, se configura, primeiramente, como um ato de linguagem "enquanto leitura e escrita do mundo, entendimento e expressão do mundo"[3].

Disso se deduz que, embora o resultado desse processo sistemático de reflexão sobre as práticas de formação desenvolvidas pela Escola se expressem em livros, vídeo-filmes, documentários fotográficos ou publicações em outros suportes físicos quaisquer – mesmo atendendo ao interesse de que esses produtos se tornem conhecidos e amplamente discutidos por toda a sociedade –, a sistematização não é uma mera forma de registro ou um instrumento de *marketing*. Tampouco pode ser confundida com uma técnica, aplicável segundo determinadas regras, como se se tratasse de uma produção de conhecimento burocratizada.

Ao compreendê-la como um processo pedagógico, deseja-se evitar que a sistematização seja entendida como uma simples resposta à necessidade de apresentar produtos aos agentes financiadores dos projetos, um mero requisito de prestação de contas. Sistematizar não é apenas um exercício editorial. É um ato que revela sentidos e significados das práticas pedagógicas, o que é fundamental para o avanço nas próprias formulações conceituais e políticas.

Importante característica do procedimento de sistematização, da forma como a Escola Sindical 7 de Outubro o propõe, é que ele se constitui como um processo coletivo de aprendizagem das experiências de formação desenvolvidas pela Escola, vivenciado pelos próprios sujeitos dessas experiências. O objetivo é possibilitar até mesmo a intervenção direta dos alunos nesse processo. Essa participação coletiva de um público amplo é fundamental para a revelação das várias expressões da prática formativa.

Embora siga alguns procedimentos comuns, a sistematização é sempre um exercício criativo. É um exercício de construção coletiva em que são valorizados os vários saberes e as várias maneiras de intervenção dos atores nos projetos. Nessa multiplicidade de modos de inserção, são recurso indispensável para a produção de um trabalho de sistematização as histórias de vida das pessoas e a memória do grupo. A experiência que se deseja narrar – embora seja um dado objetivo

– não é percebida da mesma maneira por todos os atores nela envolvidos. Esse olhar do sujeito, essa sensibilidade faz emergir a pluralidade que caracteriza e enriquece a experiência.

Tem-se a intenção de que o produto da sistematização – seja ele um texto, um vídeo, uma revista, um roteiro de cinema – seja algo que expresse essa riqueza da prática pedagógica da Escola, embora se pressuponha que nenhum produto possa esgotá-la. Um produto focaliza determinadas facetas, mas certamente não abarca a totalidade. Deve, contudo, ser capaz de tornar manifestas as dimensões fundamentais da experiência, aquilo que, na avaliação dos sujeitos que sistematizam, confere identidade ao objeto sistematizado.

Uma outra dimensão é a perspectiva histórica. A proposta pedagógica gestada pela Escola não nasce no vazio, mas em meio a outras práticas de educação popular desenvolvidas, no Brasil, entre os anos sessenta e setenta. O diálogo com tais experiências, ao mesmo tempo que as reconhece como antecedentes fundamentais, explicita as características que singularizam os projetos da Escola Sindical 7 de Outubro.

Embora, em princípio, toda a atividade formativa da Escola, em toda a riqueza temática que compõe seu leque de ações, pudesse ser tomada como objeto dessa reflexão, atualmente, os esforços de sistematização têm sido concentrados em torno das atividades da Área Estratégica de Educação e Trabalho. Isso se deve, primeiramente, ao fato de a Escola julgar que seus projetos no campo da escolarização podem ser propostos como um modelo de política educacional que considera as especificidades e necessidades do aluno adulto e trabalhador. Refletir sistematicamente sobre suas experiências é condição para torná-las conhecidas e para promover o amplo debate sobre elas na sociedade. Mesmo o processo negocial que se estabelece com o poder público, nos municípios em que a Escola atua na educação de adultos, exige que as reflexões acumuladas sobre as experiências sejam devolvidas para discussão na sociedade e negociação das condições de assumpção do projeto como política pública num dado município onde ele está sendo realizado.

O trajeto percorrido na Escola Sindical 7 de Outubro para constituir seu projeto de sistematização deixa entrever algumas etapas. Num primeiro momento, considera-se necessário que o grupo formule para si mesmo uma concepção coletiva de sistematização. Trata-se de uma aproximação conceitual, uma tentativa de perceber o leque de temas possíveis e de dimensões importantes que se abre para a sistematização.

No segundo momento, devem-se demarcar as dimensões que o grupo considera capazes de dar a conhecer a identidade do projeto e submeter ao coletivo (os educadores, os alunos etc.) tal escolha para validá-la. Trata-se de considerar, dentro da pluralidade de registros, aqueles que correspondem às dimensões priorizadas.

O terceiro momento consiste em definir os procedimentos adequados para focalizar essas dimensões e atribuir tarefas entre os atores para que se formule e se transponha a reflexão para o suporte físico considerado eficaz na divulgação da experiência.

Trabalhos como esse estão intimamente ligados a uma política de comunicação. As experiências desenvolvidas pela Escola não são sua propriedade. É necessário que elas ganhem visibilidade pública e, para isso, é indispensável uma estratégia de comunicação. À medida que a proposta pedagógica de educação de jovens e adultos formulada pela Escola Sindical se consolida enquanto experiência alternativa ao modelo educacional vigente, torná-la pública é fundamental para o avanço das parcerias nos estados e municípios onde ela se realiza, tendo em vista o objetivo de que venha a ser assumida como uma política pública.

Comunicação

O objetivo da Escola ao tratar do tema comunicação em seu plano de trabalho é discuti-la como um direito do cidadão. É o direito à informação, à educação. Urge radicalizar a tendência de um maior controle público sobre todas as atividades que afetam, direta ou indiretamente, os indivíduos e a sociedade transnacional. E que o trabalho, enquanto ação e intervenção de homens e mulheres sobre a materialidade das coisas e das idéias, possa ser um instrumento criativo, formador de estruturas e de relações sociais solidárias e igualitárias, usando todos os recursos teóricos e tecnológicos disponíveis. A nenhum ser humano podem ser negadas a possibilidade e as condições de acesso e compreensão dos conhecimentos. Assim, coopera-se também para a desmistificação das tecnologias de comunicação e de informação, freqüentemente consideradas complexas demais e, por isso mesmo, destinadas ao uso de poucas pessoas.

Não se considera como objeto dessa discussão apenas a informática, pois as mudanças que vêm ocorrendo no campo da informação não podem ser entendidas de modo restrito. Elas têm um alcance muito maior. A redução das distâncias, graças à virtualização e à agilização do processo de disseminação de informações, traz consigo alterações no padrão de comportamento e na visão de mundo, pela incorporação das facilidades da telemática no cotidiano. Tais transformações são acompanhadas por outras tantas, no mundo do trabalho e na economia global, que atingem frontalmente os trabalhadores e suas organizações.

A atual dinâmica social se baseia na informação. O fator chave não é mais o petróleo, mas as infovias – estradas e vias por onde circula um fluxo constante de informações mobilizando, concomitantemente, matéria e energia, a serviço do homem. São, portanto, conhecimentos que modificam os seres humanos e ao mesmo tempo são por eles transformados.

No entanto, o valor da informação somente se realiza quando comunicado, transformando-se em fator produtivo, diretamente incorporado aos *softwares* e aos equipamentos e máquinas utilizados na produção e serviços, ou quando se torna o fator primordial de decisões para empresas, governos ou outras instituições que dela necessitam. A informação é uma mercadoria *sui generis* porque, ao contrário de outras, oferece uma complexidade maior para determinados grupos ou monopólios que dela desejam se apropriar. Para ser valorizada, ela não pode ser estocada por muito tempo. Essa é uma

mercadoria que tem a característica de tornar-se de domínio público. O saber tem a peculiaridade de transformar-se em patrimônio da humanidade, em monopólio público.

Isso tudo se põe como desafio ao movimento sindical e às organizações preocupadas com a educação, pois, por trás dessa modernização, continua subjacente uma proposta de sociedade que distingue quem deve pensar e decidir e quem deve somente trabalhar e produzir.

Evidentemente as novas tecnologias não são suficientes para se contrapor a isso. Aliás, embora seja indispensável aos movimentos sindical e popular a utilização desses instrumentais em sua ação organizativa e reivindicativa, é necessário ter sempre uma postura crítica quanto às possibilidades que as novas tecnologias da informação oferecem. Deve-se evitar igualmente a credulidade – como se todos os problemas pudessem ser resolvidos pelo uso de tal ou qual recurso – assim como um ceticismo estéril que veda o aproveitamento dos resultados positivos que o uso dessas inovações podem oferecer.

Para a Escola Sindical 7 de Outubro, enquanto espaço de formação humana, é uma exigência ética aprofundar a qualificação profissional dos trabalhadores e ampliar sua inserção no uso e na gestão das tecnologias informacionais, desenvolvendo sua sensibilidade histórica e sua capacidade de criar espaços e tempos ricos de experiências coletivas e individuais.

Esses processos formativos passam, necessariamente, pela apropriação, por parte dos trabalhadores e de todos os cidadãos, de todas as idades, de uma qualificação social e política. Qualificação que se realiza pelo acesso às mais variadas formas de expressão possibilitadas pela arte, literatura, fotografia, teatro, cinema, economia, política, vídeos, informática, história, administração pública e privada, museus, telecomunicações; qualificação que passa pelo conhecimento dos vários espaços de produção de bens e serviços, pelo conhecimento do mundo da produção e do trabalho, com suas mais variadas interligações e interdependências.

[1] ESCOLA Sindical 7 de Outubro. *Primeira versão...* p.45.

[2] ESCOLA Sindical 7 de Outubro. *Primeira versão...* p.45.

[3] ESCOLA Sindical 7 de Outubro. *Primeira versão...* p.46.

PROJETO SINDICAL DA CUT

A ação sindical da CUT reflete sua identidade e seu projeto de construção de uma central sindical democrática, de massa e organizada a partir dos locais de trabalho. Tal projeto é cumulativa e permanentemente revisto e reelaborado com a finalidade de continuar respondendo adequadamente aos desafios que as mudanças no cenário político, econômico e social do Brasil e do Mundo vão apresentando à classe trabalhadora.

Decorridas quase duas décadas desde a fundação da Central, recoloca-se sempre de novo a reflexão sobre esse projeto original, numa conjuntura como a contemporânea, tendente à regressão de direitos historicamente conquistados e à fragmentação dos interesses dos trabalhadores.

Os últimos congressos nacional e estaduais da CUT foram momento privilegiado de formulação sobre essas e outras questões estratégicas. Uma das dimensões então em evidência foi a construção e consolidação de uma estrutura sindical capaz de afirmar o compromisso com os valores da liberdade e autonomia, nesse contexto em que empresários e Governo buscam formas de organização dos trabalhadores compatíveis com os interesses da acumulação de capital.

Uma extensa agenda se apresenta para dirigentes sindicais e trabalhadores da base. É preciso considerar em toda a sua complexidade os numerosos atores e a multiplicidade de aspectos (sociais, econômicos, políticos, entre outros) que conformam a questão da representação sindical dos trabalhadores, para que se possam propor mudanças na organização e enfrentar os desafios impostos pela dinâmica capitalista.

Ter o projeto político da CUT como uma área estratégica no plano de trabalho da Escola Sindical 7 de Outubro – além de dizer respeito a sua identidade institucional, enquanto escola sindical –, significa que o princípio que orienta a elaboração de seus programas é o fortalecimento da organização sindical cutista.

Esse projeto, expresso nas formulações aprovadas em congressos, plenárias ou outras instâncias deliberativas, se materializa em uma forma particular de refletir sobre questões candentes dos mundos do trabalho que distingue a CUT de outras centrais.

Para a Escola, essas políticas permanentes da Central se tornam objeto de reflexão e de discussão nas atividades formativas. O olhar atento e crítico que se lança sobre essas dimensões dá consistência a esse projeto político da CUT e ajuda os dirigentes sindicais a colocá-lo em prática. Temas como a educação, a formação profissional, o sistema público de emprego, as relações de gênero, a questão da raça e da desigualdade fazem parte dessas políticas que conformam o projeto sindical da CUT, sobre as quais é preciso acumular reflexão, problematizar o alcance das ações a elas correspondentes e dialogar com as práticas efetivas dos dirigentes sindicais.

Tal projeto se torna estratégico para a Escola na mesma medida em que ele é estratégico para o movimento sindical. Ao fazer com que esses temas tenham repercussão no trabalho de formação, a Escola contribui para que esse projeto seja redefinido, melhorado,

aperfeiçoado ao longo do tempo. Confrontando-se com esses temas estratégicos, a formação fornece elementos para repensar e recolocar, com maior eficácia, as políticas permanentes da Central, num cenário de profundas transformações no campo da economia, da política, da cultura, das relações sociais e de trabalho.

Formação de dirigentes sindicais

O tempo e o espaço da formação de dirigentes constituem privilegiada oportunidade para refletir sobre o projeto político e sindical cutista. Tendo como referência as deliberações de plenárias e congressos da Central e a prática das entidades sindicais, a formação de dirigentes se torna um movimento de reflexão e sistematização, pelo qual se atualiza permanentemente o projeto de sociedade defendido pela CUT.

No plano de trabalho da Escola Sindical 7 de Outubro, esse eixo temático partilha com a área estratégica de educação e trabalho, como pressuposto pedagógico e metodológico, a necessidade de se considerar a especificidade de processos de ensino e aprendizagem que envolvem alunos adultos e trabalhadores. Na formação de dirigentes – como na escolarização e na formação profissional – a heterogeneidade de gênero, raça, geração, condições de trabalho, setor produtivo e relações políticas no movimento sindical são elementos que conformam a identidade desse aluno e que se tornam objeto de discussão nas atividades formativas.

A proposta de formação de dirigentes gestada pela Escola Sindical 7 de Outubro enfrenta o desafio de interpretar um percurso formativo concebido em outro contexto histórico – os cursos de Concepção, Estrutura e Prática Sindical, desenvolvidos no início dos anos noventa –para torná-lo capaz de responder a uma conjuntura distinta. Trata-se de perceber quais são as condições efetivas e atuais da ação política do dirigente sindical. Constata-se que a reestruturação dos processos produtivos tem impacto imediato sobre a organização sindical, o que faz da sintonia entre os mundos do trabalho e o planejamento da formação para dirigentes uma exigência.

A Escola Sindical 7 de Outubro opta por construir o percurso formativo em conjunto com aqueles que estarão nele envolvidos. Dialogando com as secretarias estaduais de formação da CUT, com os sindicatos e federações, são identificadas e discutidas as demandas visando a construir os parâmetros para elaboração dos cursos e seminários.

Na constituição do público das atividades, procura-se garantir a representação de categorias diversas, do sindicalismo rural e urbano, dos setores público e privado, de dirigentes liberados e daqueles que exercem seus mandatos permanecendo em seu trabalho na empresa.

A Escola busca superar também a dicotomia que distingue na formação os conteúdos básicos e avançados e que divide os participantes entre "dirigentes de ponta" e "dirigentes de base". Considera-se que o encontro de pessoas que compõem as direções

dos sindicatos há mais tempo e de outras que têm uma trajetória menos extensa no movimento sindical favorece a troca de experiências. Além disso, aos desafios contemporâneos, deve responder o conjunto das direções sindicais, independentemente do maior ou menor tempo de inserção dos dirigentes individualmente.

De fato, o sindicalismo tem enfrentado a redução dos postos de trabalho e a conseqüente diminuição do número de sindicalizados, o que afeta política e financeiramente os sindicatos; as direções sindicais têm sido renovadas rapidamente e são compostas, geralmente, por pessoas que têm, no movimento sindical, a sua primeira experiência de militância, ao contrário do que ocorria nos anos oitenta, quando os dirigentes eram originários de movimentos eclesiais ou populares. Esses e outros desafios, embora de natureza vária, dizem respeito, basicamente à rapidez com que a racionalização das empresas e a reforma do Estado têm modificado os processos produtivos, dificultando aos que se afastaram de seus locais de trabalho para o exercício de mandatos sindicais o acompanhamento de tais mudanças.

A concepção que orienta a ação formativa da Escola é de que o dirigente mais experiente – embora detenha um acúmulo maior de informações sobre a estrutura e a prática sindicais e seja possível supor que já tenha uma concepção sindical ideologicamente mais consistente – carece da vivência do trabalho nos modelos produtivos recentemente reestruturados pelas empresas. Comumente, no caso dos novos dirigentes, essa situação se inverte. Embora não conheçam tão de perto a ação político-sindical, eles têm vivido intensamente a nova organização da produção e os impactos que isso representa sobre as relações de trabalho. Portanto, ambos os perfis de participante, longe de impedirem a integração do grupo, favorecem o intercâmbio.

Além disso, a Escola pretende romper com o esquema que identifica uma espécie de pré-requisito para discutir determinadas questões de interesse dos trabalhadores, como se uma experiência anterior fosse requerida para interpretar mais adequadamente a conjuntura nacional e internacional das relações de trabalho. A tal perspectiva que põe uma outra vez a gradação do conhecimento (do simples ao complexo) a Escola quer se contrapor. O dirigente que está há mais tempo ou o que acaba de chegar ao movimento sindical podem discutir, do lugar que ocupam, a totalidade das questões dos mundos do trabalho e dos trabalhadores. Mesmo as eventuais divergências devem ser interpretadas como situações que favorecem o debate, necessário ao permanente movimento de construção da CUT e de seu projeto sindical.

Para atender a esses objetivos, formularam-se percursos formativos independentes, com finalidades diferenciadas, que combinam cursos estaduais, seminários regionais e cursos locais. Estes últimos são realizados em cidades-pólo dos estados de abrangência da Escola, pelos próprios participantes do curso estadual e dos seminários regionais, e deles participam

dirigentes e formadores da rede de formação da CUT não envolvidos nos demais percursos. Além de superar, com essa descentralização, as dificuldades que os dirigentes não liberados enfrentam para participar de atividades formativas e as restrições financeiras das entidades sindicais, as atividades locais favorecem uma leitura das transformações dos mundos do trabalho a partir do enfoque regional, o que facilita o planejamento e torna mais eficaz a intervenção política do movimento sindical.

Um desses percursos formativos visa a resgatar a história da CUT a partir de uma releitura das condições da classe trabalhadora ao longo da história do País. A abordagem histórica se faz permear pela reflexão sobre as implicações que eventos como a escravidão, o colonialismo, o populismo, a política desenvolvimentista e o Novo Sindicalismo têm para as relações de trabalho contemporâneas. Essa abordagem que apresenta questões gerais (históricas, sociológicas etc.) em estreita ligação com questões candentes da atualidade (reforma do Estado, reestruturação produtiva, globalização, emprego e renda etc.) afasta a dicotomização de teoria e prática. Antes, põe a necessidade de que a ação política, para que alcance seus objetivos estratégicos, seja permeada pela compreensão das condições que a antecedem e da ideologia que a orienta. Desejando-se fazer uma abordagem plural dos vários temas, são apresentados para a discussão pontos de vista diferenciados sobre cada um deles, com o intuito de pôr em evidência os diferentes projetos políticos nacionais.

Num outro percurso, considerando a negociação coletiva como o principal espaço de intervenção do sindicato nas relações e condições de trabalho, discute-se o cenário atual dos processos negociais, enfocando cada um dos seus atores: a racionalização das empresas, as mudanças na regulamentação sindical e do trabalho, a estrutura e a ação sindicais. As transformações dos mundos do trabalho não se restringem à reestruturação produtiva industrial; o cenário atual resulta dos movimentos de globalização do capital, das novas tecnologias produtivas e organizacionais, das mudanças no papel do Estado frente à economia e da racionalização dos processos de trabalho no setor público.

Além disso, embora trabalhadores rurais participem nos demais percursos, considera-se necessário dedicar a esse setor um percurso formativo específico, que focaliza o trabalho assalariado no campo, problematizando a dicotomia entre campo e cidade e dando evidência ao fato de que, a julgar pela atividade econômica, já não se podem distinguir tão facilmente esses dois âmbitos. Busca-se identificar, a partir da história de luta dos trabalhadores rurais e das especificidades da estrutura de representação sindical dos assalariados rurais, os desafios da negociação coletiva no campo.

Formação de formadores

A política nacional de formação da CUT se assenta num conjunto de proposições que lhe confere identidade ao longo de sua

existência. Ela apresenta, como um de seus princípios, o caráter indelegável da formação. Esse princípio assevera que

> a formação é uma política permanente da CUT que deve, portanto, estar vinculada ao seu projeto político-sindical e ter como referência as resoluções de suas instâncias. Sua formulação, execução e sustentação financeira são de responsabilidade das entidades, fóruns e instâncias da Central.[1]

Uma das formas de traduzir esse princípio na prática formativa da Escola Sindical é a formação de formadores. Desde a sua fundação, a Escola Sindical vem realizando ações que visam à preparação de formadores e formadoras para desenvolverem atividades de formação em seus vários âmbitos de atuação. Não se trata de preparar pessoas para reproduzirem ou multiplicarem atividades similares às que acontecem na Escola Sindical. A formação de formadores se pauta pela necessidade de contribuir para a construção de sujeitos autônomos no seu modo de exercitar o pensamento e de agir. Tem-se a expectativa de que essas pessoas, tendo passado pelos percursos desse eixo temático, possam retornar aos seus locais de origem e, a partir do confronto com a realidade vivida, sejam capazes de propor reflexões que contribuam para o avanço das lutas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras de sua base ou de sua região, de modo a dar mais vitalidade às ações do sindicalismo cutista.

A formação de formadores não opera uma dissociação entre forma – métodos de trabalho propícios à aprendizagem – e conteúdo – os objetos que compõem a pauta das políticas permanentes da CUT. A constante imbricação entre essas duas dimensões dos processos formativos traduz a concepção de que elas são estruturantes do trabalho de formação de formadores.

Não são poucas as situações em que participantes dos cursos apresentam a expectativa de aprenderem técnicas, dinâmicas de grupo e métodos capazes de tornar mais "fácil" a transmissão de conteúdos. No entanto, é o próprio formador ou formadora quem deve ser capaz de construir percursos de formação. As atividades da Escola Sindical não são receitas prontas, mas visam a fins específicos em uma dada atividade, seja a abordagem da ação sindical, de forma geral ou o tratamento de questões como a educação profissional, as relações de gênero ou as políticas públicas.

A sempre presente demanda de interiorização da política de formação da CUT impulsiona a Escola Sindical 7 de Outubro a conceber atividades que fortaleçam os coletivos de formação dos estados da região. Nesses coletivos, reúnem-se dirigentes e assessores do movimento sindical dispostos a realizar trabalhos de formação em âmbito local e microrregional. Com a intenção de oferecer a esse público elementos para uma consistente atuação na formação de dirigentes e de militantes sindicais, a Escola vem desenvolvendo uma proposta de formação de formadores buscando construir estratégias formativas capazes de contribuir para a intervenção sindical nos complexos mundos do trabalho.

Relações de gênero

O eixo temático de Relações de Gênero começou a ser formulado em 1997, com participação das comissões estaduais de mulheres da CUT dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em resposta à necessidade de um percurso formativo para mulheres dirigentes sindicais.

A definição inicial de que fosse um curso exclusivamente para mulheres obedecia ao pressuposto do Feminismo, de que, juntas, as mulheres poderiam falar de suas questões de um ponto de vista que não seria possível na presença de homens e discutir estratégias para enfrentar a dominação masculina. Isso foi sendo modificado pela percepção de que as relações de gênero, como produtos de uma cultura, são geográfica e historicamente determinadas, e, no plano de trabalho da Escola Sindical 7 de Outubro, foi se configurando como uma opção política de contribuir com a desnaturalização da condição feminina.

Gênero é uma categoria útil de análise para perceber como foram sendo construídas as diferenças e a relação de dominação e submissão entre homens e mulheres que convivem no mesmo espaço e na mesma época, dividindo as mesmas tarefas.

A cultura constitui uma imagem da mulher e do homem, atribuindo sentidos às determinações biológicas. O código dominante capitalista, no entanto, quer reconhecer apenas um caráter supostamente natural da maternidade, ressaltando certos significados e obliterando outros que não convêm a seus fins. Desse modo, algumas representações da mulher e de sua inserção na sociedade passam a integrar um certo ideal de civilidade, que dita como e por que alguns papéis sociais a ela são destinados e outros não. É preciso desvelar as relações de gênero, mostrando como a mulher foi sendo colocada num lugar de submissão.

Não se deseja com isso afirmar, de um modo maniqueísta, que as mulheres sejam sempre submissas. É necessário reconhecer também práticas silenciosas de resistência, muitas vezes despercebidas ou nem sempre devidamente valorizadas pelos grupos que discutem a inserção feminina na sociedade. A Escola se propõe a perceber o potencial de ruptura com a dominação masculina, implícito nas tentativas e movimentos das mulheres para conquistarem um outro lugar social dentro de suas circunstâncias objetivas. Do mesmo modo, é preciso perceber que, em muitos momentos, aceitar o lugar materno e do lar, foi mais conveniente para determinados grupos de mulheres, que fizeram e ainda fazem a opção de permanecer nesse lugar. Estudos comparativos entre diferentes gerações de mulheres têm revelado que tais escolhas podem tanto perpetuar valores como contestá-los. A correta avaliação da resistência das mulheres e de suas escolhas diante da dominação contribui para não tratá-las apressadamente como vítimas e para percebê-las como sujeitos, ao evidenciar especificidades e singularidades das relações sociais cotidianas. A singularidade, enquanto particularidade de um grupo, representa um outro referencial para a discussão das relações de gênero, ao lado da classe como categoria de análise.

Definir gênero é perceber uma relação. Mulher e homem se definem um pelo outro. É

possível falar do papel social do homem, confrontando-o com o papel social da mulher. É desse modo que deve ser percebida a construção da identidade dos dois gêneros: a mulher consegue saber quem é, por saber quem ela não é. E essa mesma afirmação pode ser lida igualmente no masculino. Também a masculinidade precisa ser desnaturalizada. Tratar das relações de gênero não implica falar apenas de questões femininas. Ao contrário, põe-se em foco a relação que homens e mulheres estabelecem entre si na sociedade. A dominação masculina atinge as mulheres, mas não é problema apenas de mulheres.

Discutindo a relação de gênero, a Escola Sindical pretende contribuir para o avanço do sindicalismo cutista, na perspectiva de superar os processos de discriminação e de dominação, construindo outra referência política para o exercício do papel social de homens e mulheres.

GÊNERO E MOVIMENTO SINDICAL

Somente a partir do Novo Sindicalismo, no final dos anos 70, as mulheres começaram a ter uma participação mais ativa no movimento sindical, devida, em grande parte, às suas novas formas de inserção no mercado de trabalho, à sua intervenção na política (de modo particular, nas associações de bairro) e em outros espaços a que, anteriormente, elas tinham acesso mais restrito.

Não foi uma entrada isenta de problemas. Há, ainda, uma grande polêmica em torno da política de cotas – deliberação que exige que 30% dos cargos eletivos do movimento sindical cutista sejam ocupados por mulheres – revelando a complexidade das relações de poder no sindicalismo. Freqüentemente, no sindicato, às mulheres se destina a responsabilidade por questões periféricas e raramente elas desempenham funções de definição e de poder. A presença das mulheres em postos correlatos àqueles ocupados pelos homens é um problema que o movimento sindical ainda deve enfrentar, para alcançar seu objetivo de não reproduzir, na estrutura sindical, as relações desiguais da sociedade. No plano de trabalho da Escola Sindical 7 de Outubro, essa é uma das questões centrais na discussão sobre gênero.

Avaliando o tratamento dado pelo movimento sindical, na negociação coletiva e em outras campanhas, para as questões suscitadas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, consta-se que, embora se saiba há décadas que mulheres e homens recebem salários diferenciados pelo exercício de uma mesma função, isso não é suficientemente enfrentado. Com a reestruturação produtiva, a disparidade se tornou ainda mais evidente, pois as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, em substituição a um imenso contingente de homens demitidos. Contudo, as mulheres ocuparam esses postos em condições salariais e de trabalho bem piores do que as encontradas pelos homens que as precederam.

A entrada da mulher para o espaço público na política trouxe a politização do cotidiano e do privado. Na transposição do que se faz em casa para as relações de trabalho, as mulheres trazem aspectos vividos no cotidiano.

Quando se discute, numa empresa, as condições de trabalho, as mulheres são as primeiras a mostrar as situações que aviltam os trabalhadores. As lesões por esforço repetitivo (LER) passam a ser enfrentadas pelos sindicatos como um problema de saúde dos trabalhadores somente com a participação das mulheres, pois é a elas que essa doença acomete primeiro, dadas as tarefas por elas executadas.

Nos anos vividos em casa, a mulher adquiriu uma sensibilidade que é fundamental para o movimento sindical. Quando fazem, por exemplo, luta por creche, não é uma luta delas apenas; é uma luta de homens e mulheres que têm filhos. No entanto, são elas que sentem as conseqüências dessa carência mais intensamente, pois o fato de não ter creche se transforma em um empecilho. Foram as mulheres que, através de lutas nas associações de bairro, tornaram exposta a necessidade de uma política pública de saúde, de urbanização, de educação etc. A entrada delas para a esfera pública dá a perceber o caráter político do cotidiano e da vida privada.

A Escola Sindical 7 de Outubro propõe, em seu plano de trabalho, que as relações de gênero sejam um tema integrante do percurso formativo para dirigentes e formadores, visando a desconstruir a imagem de que gênero é um "projeto de mulheres" ou uma questão de menor importância. Não se pode discutir apenas reestruturação produtiva ou condições de trabalho sem pensar em quem vivencia cotidianamente as transformações dos mundos do trabalho. Os trabalhadores e trabalhadoras não são anônimos; são sujeitos com uma história e uma identidade e se afirmam como classe trabalhadora, mesmo quando não estão no exercício do trabalho.

Embora as iniciativas sindicais mais recentes de intervenção nas políticas públicas (educação, saúde, geração de emprego e renda etc.) já constituam um avanço rumo à representação do trabalhador em outros âmbitos de sua vida na sociedade para além dos mundos do trabalho, continua sendo longo o percurso que o movimento sindical é desafiado a percorrer para focalizar os trabalhadores – homens e mulheres – integralmente, em sua situação de trabalho ou fora dela.

GÊNERO, RAÇA E GERAÇÃO COMO EIXOS TRANSVERSAIS

Gênero, raça e geração são características que singularizam e, ao mesmo tempo, identificam o trabalhador com um grupo social. É como homens e mulheres, pertencentes a uma ou outra raça, e vivendo uma dada faixa etária que o trabalhador e a trabalhadora vêm para a Escola Sindical. Reconhecendo a identidade de cada trabalhador e enfrentando conflitos tantas vezes escamoteados, deseja-se valorizar a pluralidade que caracteriza a classe trabalhadora.

Há alguns anos a Escola Sindical tem se preocupado em dar visibilidade às questões de gênero, raça e geração nas atividades que realiza, ainda que não sejam diretamente focalizadas por percursos formativos específicos. São temas transversais em todo o

plano de trabalho da Escola. Transversalizar é ter, no decorrer das atividades, a atenção para esses elementos que caracterizam a classe trabalhadora. Esse cuidado se reflete na indicação do público e na distribuição das vagas; na escolha dos textos a serem estudados e dos recursos pedagógicos utilizados; na metodologia de discussão de um determinado tema; na observação do lugar social e político de onde um participante emite suas opiniões; na atenção para verificar como e se homens e mulheres tomam posição diante de um tema ou numa discussão.

A Escola Sindical 7 de Outubro também tem procurado dar visibilidade aos conflitos presentes nas relações de gênero indicando, graficamente, o masculino e o feminino em seus textos oficiais e na sua comunicação com o público de suas atividades de formação. A princípio evidente e dispensável, mostra-se eminentemente necessário chamar a atenção para essa característica da classe trabalhadora.

Assinalado graficamente, salienta-se o predomínio do masculino. A utilização do símbolo do arroba (grafa-se "alun@" para que se leia aluno e aluna) ou da barra (aluno/a) ou, ainda, a enunciação dos dois substantivos (o aluno e a aluna) são tentativas de designar a presença de homens e mulheres.

Há, ainda, a possibilidade de expressar textualmente o reconhecimento do conflito e optar pelo feminino ou, conforme rege a gramática normativa, pelo masculino. Isso cumpre a finalidade de tornar o leitor atento para esse problema lingüístico e poupá-lo das repetições, não apenas cansativas, mas, muitas vezes, impeditivas da própria comunicação.

É preciso, contudo, ter presente que o problema não se reduz a uma questão lingüística, no uso do masculino ou do feminino: pouco serviria uma disputa em torno das palavras, desconhecendo que elas apenas nomeiam relações sociais, estruturas econômicas e políticas.

Consolidação da rede regional de formação

Reconhecendo a territorialidade e as competências das várias entidades e sujeitos políticos, a formação tem sido estruturada, na CUT, como uma rede em que âmbitos distintos, mas não contraditórios, constituem a política nacional de formação da Central.

A organização em instâncias de abrangências nacional, regionais, estaduais, chegando até mesmo ao local de trabalho não significa uma hierarquização de espaços, que seleciona os participantes das atividades formativas segundo sua capacidade. Os espaços da rede se interpenetram, de forma que quem está na atividade de base pode vir também à Escola Sindical ou a quaisquer outros espaços, sem que se introduza uma gradação linear que divide saberes simples e complexos.

A Escola faz parte da rede como instância regional. Ao desenvolver seu trabalho de formação nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, procura fortalecer os núcleos estaduais e regionais de gestão da política de formação, bem como colocar em discussão, nos cursos, seminários e oficinas que organiza, temas que agregam públicos

capazes de alimentar o debate nos locais onde estão inseridos.

Uma das estratégias traçadas pela Escola Sindical para alcançar esse objetivo é a execução de programas regionais de formação, cujos participantes são convidados a contribuir efetivamente na realização de atividades formativas no local de onde provêm, expandindo o debate para outros espaços. Não se trata de uma mera reprodução do conteúdo discutido no âmbito regional, mas de uma recriação exigida pelas particularidades locais, cuja incorporação na atividade de formação é fundamental para que o debate ocorra contextualizadamente. Questões gerais ganham novas configurações no confronto com as especificidades locais.

Essas experiências, construídas com a CUT nos estados de abrangência da Escola, fortalece a rede e incorpora, no trabalho de formação, a diversidade de enfoques existentes na Central. Parte-se do princípio de que a formação não pode ser dogmática, mas sim um espaço de expressão dos diversos sujeitos políticos que constituem a pluralidade do projeto sindical da CUT.

Cooperação e intercâmbio internacional

A cooperação internacional e a existência da Escola Sindical 7 de Outubro são indissociáveis. A sua fundação e estruturação se materializaram pelo apoio dos metalúrgicos da FIM/CISL (federação dos metalúrgicos da Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores) que promoveu uma ampla campanha de arrecadação de fundos junto aos trabalhadores metalúrgicos italianos e apresentou ao Governo daquele país, através do ISCOS (Instituto Sindical para a Cooperação ao Desenvolvimento), um projeto de financiamento destinado à construção da sede da Escola.

Essa atitude corajosa da primeira central sindical a reconhecer a CUT como representante dos trabalhadores brasileiros, coincidiu com a instalação da FIAT, em Betim, na Grande Belo Horizonte e já demonstrava preocupação com o processo de flexibilização da produção e da globalização do capital e suas conseqüências para os trabalhadores de todo o mundo. Já não era possível responder às situações e apelos novos com as mesmas estratégias utilizadas quando os desafios se circunscreviam às fronteiras nacionais. A cooperação se torna um fator essencial da ação sindical e se constitui na forma mais concreta da solidariedade entre os trabalhadores face às estratégias de transnacionalização das empresas que, visando a maiores lucros, migram setores de sua produção para países onde a menor organização dos trabalhadores resulta em redução dos custos de produção.

Essa solidariedade tem se concretizado, ao longo dos 15 anos de existência da Escola, em convênios de cooperação com instituições brasileiras e de vários outros países, que proporcionaram a realização de numerosas atividades conjuntas, as quais cumpriram um importante papel na organização da rede de formação da CUT, tanto a nível estadual e regional como a nível nacional.

Ao longo desses anos, foram realizadas atividades em conjunto com o movimento

sindical de vários países, como o intercâmbio sobre a cadeia produtiva da siderurgia, em cooperação com a DGB; os intercâmbios entre jovens metalúrgicos alemães e brasileiros em que a Escola tem tomado parte; e os cursos com sindicalistas da África do Sul, com formadores sindicais de diversos países latino-americanos e vários seminários internacionais.

Uma profícua relação de cooperação se solidificou também com o Instituto Latino-americano para o Desenvolvimento Econômico e Social da Fundação Friedrich Ebert (ILDESFES). Desde o início dos anos 90, essa colaboração tem possibilitado o desenvolvimento de vários trabalhos sobre temas como gênero, planejamento estratégico, negociação coletiva e outros. Mais recentemente, tornou-se um tema central dessa parceria com o ILDESFES o uso das tecnologias digitais de comunicação e de informação pelo movimento sindical.

Para além dos temas ligados mais estritamente à ação política e organizativa do sindicato, tem se apresentado a necessidade de discutir questões relacionadas à própria identidade do trabalhador. Nesse campo, tem se aprofundado a relação da Escola com a EED, entidade de cooperação das Igrejas Evangélicas alemãs, que tem possibilitado a formulação de um programa de formação sobre os temas de gênero e geração, além da parceria na realização de atividades de formação sócio-profissional.

Além disso, encontra-se, atualmente, em fase de negociação, com o ISCOS/CISL e o Centro de Voluntariado Civil (GVC) da Itália, um projeto de cooperação dedicado à formação de trabalhadores rurais, ao desenvolvimento de tecnologias alternativas, à discussão sobre crédito e comercialização solidários.

ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO SINDICAIS

Desde o final dos anos 80, a Escola Sindical vem desenvolvendo atividades relacionadas às áreas do planejamento estratégico e da gestão, identificando demandas provenientes das entidades sindicais, dos movimentos populares e de outras parcerias institucionais, elaborando propostas, no campo da formação que potencializem a ação sindical da CUT em suas várias instâncias de organização.

O Programa de Administração Sindical Cutista – PASC – desenvolvido no início dos anos noventa em parceria com a Secretaria Nacional de Formação da CUT, fora concebido a partir de uma análise da dinâmica do movimento sindical cutista, cuja expansão e consolidação em nível nacional impunha um novo estilo de organização e prática sindicais, o que era incompatível com as estruturas organizativas herdadas das práticas do sindicalismo sob o estrito controle estatal. Além disso, constatava-se a necessidade de aprimorar os instrumentos de planejamento e gestão de modo a potencializar as ações de dirigentes, militantes e trabalhadores das entidades sindicais.

O PASC tinha, fundamentalmente, o objetivo de tornar o planejamento estratégico um instrumento na construção do projeto cutista, de modo que a reflexão sobre

estratégia, objetivos e planos de trabalho tivesse como referência a construção da CUT.

Atualmente, o movimento de desestruturação e reorganização do mundo do trabalho presente no modelo de inserção subordinada do País à economia internacional, levada a cabo pelo atual Governo, desafia a repensar as estratégias de organização e ação das entidades sindicais cutistas, considerando as dificuldades e oportunidades para os trabalhadores nesse contexto. As iniciativas governamentais em curso, que inauguram uma nova institucionalidade nas relações de trabalho, apontam para a ampliação das inseguranças na contratação coletiva e da representação sindical no País, o que exerce um forte impacto sobre as estratégias de representação e organização sindical da CUT.

Nesse sentido, a definição desse eixo temático que concentra as atividades de organização, planejamento e gestão sindical, procura responder a uma demanda de qualificação da intervenção sindical, fomentando o debate sobre as alternativas de organização e gestão. Por isso, o trabalho de formação deve estar voltado à incorporação de temas que compõem uma agenda político-sindical que vem adquirindo espaço crescente no universo da formação: orçamento participativo nas entidades sindicais, gestão financeira e planejamento estratégico, democracia interna, dentre outros.

A iniciativa de pautar esses temas em atividades de formação parte da compreensão de que as entidades sindicais convivem cotidianamente com a tendência de institucionalização de suas estruturas de funcionamento. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias que visam à constante atualização do projeto político-sindical da CUT, revelado na forma como se organiza e se realiza a gestão das lutas cotidianas. Há uma aposta de que a construção de uma central sindical democrática pressupõe a existência de mecanismos internos capazes de manifestar esse ideal também no plano da organização das estruturas de funcionamento das entidades sindicais. As ações formativas desse eixo temático devem contribuir para o aperfeiçoamento da democracia interna dos órgãos de representação da classe trabalhadora.

Desenvolvimento e democracia

A ação política da CUT se volta para dois campos distintos: o campo da resistência, que mostra a inconformidade com o atual projeto de desenvolvimento nacional e que tenta fazer progredir o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores mediante a articulação de conquistas; e um outro que se identifica com o papel propositivo de formular políticas públicas e de contribuir para a construção de um sistema público de emprego no País.

A CUT reconhece ser seu papel formular propostas de desenvolvimento distintas do modelo hegemônico no Brasil. São grandes, hoje, as dificuldades de elaborar políticas de inclusão dos trabalhadores; de enfrentar a concentração territorial do investimento e do

desenvolvimento no País; de promover a distribuição de renda. Esse quadro se agrava, ainda, com o desfavorável contexto da crise do sistema produtivo intensivo de mão-de-obra em vista da automação, da fragilidade do Estado, da vulnerabilidade externa. Isso tudo, associado aos altos índices de desemprego, tem provocado mudanças na organização produtiva brasileira. Há um contingente numeroso de trabalhadores que, não conseguindo permanecer no mercado em relações de trabalho formalizadas, tem feito crescer uma forma de inserção econômica denominada informal.

A CUT – com sua intenção de representar o conjunto dos trabalhadores dos setores formal e informal e os desempregados – tem discutido o associativismo como uma forma de enfrentar a exclusão econômica e social.

De forma distinta do que acontece na zona rural em que o associativismo já existe há mais tempo, nas cidades ele tem se constituído como uma alternativa frente ao desemprego. É o caso de trabalhadores de empresas em processo falimentar que, em lugar da indenização rescisória a que teriam direito, assumem a gestão do empreendimento. Observa-se, em situações similares, que, tendo buscado sem sucesso outras alternativas, a única via que resta a esses trabalhadores para manterem seus empregos é experimentar a tecnologia de autogestão.

Para a CUT, a autogestão é a base de um projeto político da classe trabalhadora. Expressa-se como a necessidade de construir uma sociedade de produtores livres e iguais, ou seja, de produtores associados. Investir nisso significa, para a CUT, a possibilidade de os trabalhadores controlarem o processo de desenvolvimento. O associativismo é proposto enquanto um processo autogestionário, capaz de vir a se impor frente ao capitalismo.

Um empreendimento econômico e solidário encerra diferentes dimensões. Há uma dimensão econômica, que diz respeito ao produto, sua inserção no mercado, a tecnologia, o crédito, os resultados econômicos dos empreendimentos. Há também a dimensão da subjetividade, das relações internas, dos valores do sujeito, que são as práticas a serem construídas – de forma distinta de outros modelos de empreendimentos – com solidariedade, com democracia interna, transparência e com o desejo de superar a subordinação a patrões. É construído aí o conceito de autonomia, o autogoverno, em contraposição à heteronomia, o governo do outro.

Há, ainda, a dimensão da política, da ruptura do isolamento a que freqüentemente um empreendimento desse tipo é submetido. Torna-se uma exigência a articulação em rede com iniciativas similares e também a disputa de políticas públicas, do benefício de um orçamento e de crédito públicos voltados para suas necessidades específicas, e da universidade enquanto produtora de tecnologia. São disputas que impõem a atuação política. Ao se propor a se envolver com um empreendimento econômico solidário, o trabalhador se torna, necessariamente, um agente político.

Essas dimensões são condição para que um dado empreendimento econômico seja considerado solidário, no sentido projetado

pela CUT. É um novo patamar de ação da Central. Nos últimos anos, têm se constituído como um espaço novo dessa ação sindical os conselhos de políticas públicas – uma conquista recente, inserida na Constituição de 1988.

A Escola Sindical 7 de Outubro tem acumulado reflexões no campo da política de emprego, em que tem atuado, particularmente, na formação dos conselheiros e conselheiras, responsáveis pelo controle dos recursos destinados a essa política pública. A criação dos conselhos de emprego mantém relação estreita com a gestão do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), regulamentado em 1990. A partir de então, criou-se um conselho deliberativo desse Fundo (CODEFAT), que tem ramificações nos estados, através das comissões ou conselhos estaduais, e nas cidades, através de comissões municipais de emprego. São comissões tripartites (governo, empregadores, trabalhadores), permanentes, paritárias e deliberativas.

A formação que a Escola Sindical oferece visa a empoderar os conselheiros, para que – superando sua função mais elementar de proposição de atividades de qualificação profissional – compartilhem, de fato, o objetivo cutista de construir um projeto de desenvolvimento alternativo ao que prevalece atualmente. Essas comissões, fundamentalmente, fazem parte de um sistema público de emprego, que, embora seja importante para os trabalhadores, no Brasil, ainda é insipiente, acanhado e recente. Qualquer mudança, a médio prazo, na situação atual desse sistema depende da ação desses conselheiros no presente. Por isso é necessário que eles compreendam seu papel na construção de um futuro relativamente próximo para o sistema público de emprego.

A preocupação da CUT com as políticas públicas representa um enriquecimento das tarefas do sindicalismo. O sindicalismo nasceu para tratar do conflito entre capital e trabalho, superar a sociedade capitalista, conseguir vantagem para a classe trabalhadora e não permitir a barbárie. Mediante a intervenção sindical nas políticas públicas, o movimento sindical se fortalece como um ator social, que imagina a sociedade como um todo, com interesses diversos para além do espaço fabril ou do local de trabalho.

As comissões são um espaço em construção. A paridade de representação dos diversos segmentos não significa que, de fato, há um equilíbrio. O governo acaba tendo uma preponderância, porque é o gestor da política, é o que oferece estrutura para o funcionamento dos conselhos. De outro lado, o empresariado conta com um aparato de informação, de assessoria, de poder econômico, de modo que o elo frágil são os trabalhadores e, portanto, é esse o público do trabalho desenvolvido pela Escola Sindical, em consonância com o projeto da CUT de fortalecer esse segmento.

Na estratégia traçada pela Escola Sindical 7 de Outubro para as atividades de formação, nesse campo, é priorizado o debate sobre o papel dos conselhos enquanto dispositivo para democratização do Estado. É necessário que se encaminhem para a construção de um fórum de desenvolvimento local que pense globalmente, que interaja com os determinantes da qualidade e da quantidade de

emprego, ou seja, a política econômica, o sistema de relações de trabalho, a tecnologia, o sistema público de emprego. Esses conselheiros devem pensar globalmente, mas sua ação deve ser, ao mesmo tempo, local e global. É importante que alcancem essa compreensão de seu papel e saibam exercitar, no espaço do conselho, a argumentação, a negociação e adquiram o sentimento de pertença àquele espaço.

No que se refere ao desenvolvimento sustentável e solidário, a Escola Sindical se propõe a problematizar com os participantes o sentido histórico da investida da CUT nesse veio da economia solidária e do desenvolvimento sustentável. Trata-se de entender o que esse espaço de atuação pode significar para o projeto sindical cutista e de resgatar o significado que teve no passado, que tem no presente e suas implicações para o futuro da classe trabalhadora.

A Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS – é a instituição criada pela CUT para fortalecer essa sua agenda propositiva. A ADS possui um escritório nacional, que coordena nove escritórios estaduais.

A assessoria oferecida nessas agências tem como estratégia fortalecer e construir os complexos cooperativos. Complexos cooperativos são uma confluência de empreendimentos econômicos solidários. Por exemplo: no centro de um complexo cooperativo está uma fábrica de derivados de leite. Esse complexo se compõe dos produtores de leite que fornecem para essa fábrica; de um apoio tecnológico, próprio ou de uma universidade; há também o crédito, a estrutura de comercialização.

Outro campo de ação é a incubação de empreendimentos, em convênio com as universidades. A incubação é a criação de um espaço em que as pessoas com interesse de empreenderem produtiva e associativamente encontram guarida. Nessa incubadora, são oferecidos espaço físico, aporte técnico e tecnológico até que esse empreendimento tenha condições de caminhar com as próprias pernas. Há, ainda, o campo da pesquisa que busca conhecer esse fenômeno da economia solidária; e o campo da formação, que é onde instituições como a Escola Sindical 7 de Outubro intervêm.

[1] CUT. *Política Nacional de Formação*;história, princípios, concepção e organização. 2.ed. São Paulo: CUT, 2000. p.26-27.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

PROJETO INTEGRAÇÃO

O Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT – o Projeto Integração – visa a contribuir no enfrentamento dos desafios colocados pelas transformações do mundo do trabalho, que, nas duas últimas décadas, implicaram mudanças no próprio perfil da classe trabalhadora. Acrescentando novas temáticas ou contribuindo para reformular e reapresentar questões enfrentadas já há mais tempo, o Projeto Integração amplia e renova os campos de atuação da Central Única dos Trabalhadores.

Uma das áreas privilegiadas pelo Projeto Integração se constitui de experiências de escolarização e de qualificação profissional, com o objetivo de propor ao movimento sindical uma reflexão sobre a formação dos trabalhadores – um tema quase sempre monopolizado e orientado pelos interesses do capital – e sobre o papel do sindicalismo na elaboração de propostas que possam influenciar as políticas públicas de educação no Brasil. A segunda área temática visa a capacitar dirigentes sindicais e trabalhadores para atuarem nas comissões de emprego, trabalho e renda e em outros conselhos públicos (educação, saúde, habitação, transporte etc.), desenvolvendo propostas para aperfeiçoamento da democracia e da participação integral dos trabalhadores no País.

Um outro campo de atuação do Projeto Integração é a formação de dirigentes sindicais para que, compreendendo as transformações do mundo do trabalho e a complexidade da atual conjuntura política e econômica, representem efetivamente os trabalhadores nos processos de negociação coletiva, na formulação e na gestão de políticas públicas, na criação de comissões de fábricas e em outras questões da prática sindical.

Por fim, a quarta área temática que compõe o Projeto Integração é o desenvolvimento sustentável e solidário. Busca-se refletir sobre a gestão de empreendimentos econômicos distintos da empresa capitalista (o associativismo, o cooperativismo de crédito, de comercialização, de produção etc.), com o intuito de motivar o movimento sindical a encontrar alternativas de geração de trabalho e renda na atual crise estrutural de emprego provocada pelo sistema capitalista e desenvolver a cultura de gestão coletiva e solidária.

O Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT se desdobra em projetos regionais, executados pelas sete escolas sindicais da Central em todo o território nacional: o Projeto Vento Norte (Norte); o Projeto Flor de Mandacaru (Centro-Oeste); o Projeto Semear (Sudeste); o Projeto Terra Solidária (Sul); o Projeto Nordeste de Formação (Nordeste) e outros.

Importantes impactos dessa política já podem ser percebidos atualmente, decorridos cinco anos desde que a CUT iniciou suas primeiras experiências com a capacitação de conselheiros e a formação de formadores, que precederam a concepção do projeto atual. Destaca-se o dinamismo com que toda a rede de formação foi tomada desde então: as escolas sindicais cresceram; as secretarias de formação nos estados passaram a participar ativamente dos espaços de formação na CUT nacional;

centenas de pessoas das mais diversas origens passaram a atuar nessa rede. Também as secretarias nacionais de formação das federações e confederações de trabalhadores cutistas participam dessa efervescência.

O financiamento desses projetos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador marcou o início da atuação da Central com recursos públicos. A polêmica gerada em torno dessa opção política vem aos poucos sendo superada pelo reconhecimento de que a participação dos trabalhadores é fundamental para uma gestão democrática dos recursos públicos, de modo a orientá-los aos interesses da própria classe trabalhadora.

Resulta do Projeto Integração também a relação da CUT com o poder público na área de educação. Em várias regiões do País, têm sido estabelecidos contatos com secretarias municipais e estaduais de educação, com centros tecnológicos e universidades. Através de tais parcerias, a proposta da CUT de que haja uma educação que atenda às especificidades do trabalhador tem começado a refletir nas políticas públicas de educação de jovens e adultos e de formação profissional.

Deve-se ao Projeto Integração a significativa mobilização dos dirigentes sindicais para atuação nas áreas de educação e de formação profissional, na formulação de políticas públicas, na formação de novos dirigentes e na gestão de propostas de desenvolvimento sustentável e solidário. Isso se reflete numa maior compreensão dos dirigentes sindicais sobre a necessidade de procurar alternativas de representação dos trabalhadores.

O movimento sindical cutista se sensibiliza para representar também o setor informal da economia e essa nova sensibilidade tem crescido e contribuído para que o sindicalismo fortaleça sua capacidade de representação dos trabalhadores, razão da sua existência. Isso, contudo, não significa desconhecer a necessidade de continuar lutando por relações de trabalho reguladas e por uma legislação capaz de organizar mais democraticamente as relações de trabalho no Brasil.

A Escola Sindical 7 de Outubro, partindo dos eixos nacionais, procura focalizar as necessidades regionais e locais. Participa do Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT executando um eixo de formação de dirigentes e formadores, estendendo, com isso, a rede de formação até sindicatos e regiões aos quais a distância e a precariedade de recursos financeiros impedia a formação de chegar. Realiza, ainda, atividades de formação dos educadores dos projetos de escolarização ou daqueles que trabalham em redes públicas de ensino em interlocução direta com sua proposta de educação e de formação profissional.

Outro campo de ação da Escola que faz parte do Projeto Integração é o eixo temático de desenvolvimento sustentável e solidário, que tem o objetivo de fortalecer as ações da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, a ADS, recentemente criada. Com a ADS, a Escola prepara trabalhadores para fundarem e autogestionarem seus empreendimentos econômicos, gerando trabalho e renda. Além disso, a Escola também atua no eixo de formação para gestão de políticas públicas, visando a

capacitar dirigentes para formularem políticas públicas, principalmente, nas áreas da educação, da formação profissional e da geração de trabalho e renda.

Finalmente, também o Projeto Semear faz parte do Projeto Integração, e é coordenado pela Escola Sindical 7 de Outubro e pelo movimento sindical cutista rural da região.

PROJETO SEMEAR
DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA NO CAMPO

O Projeto Semear é uma experiência de educação de jovens e adultos, de ensino fundamental, desenvolvida na área rural de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Iniciou-se em julho de 2000, coordenado pela Escola Sindical 7 de Outubro em conjunto com as federações de trabalhadores rurais e secretarias de formação da CUT nesses três estados.

O Semear atinge anualmente cerca de 7.200 participantes, entre agricultores familiares, assalariados rurais e agricultores beneficiados por assentamentos de reforma agrária. Compõe-se de três eixos temáticos: um programa de educação de trabalhadores (ensino fundamental e formação profissional); desenvolvimento rural sustentável e solidário, com o acompanhamento de experiências de geração de trabalho e renda; e capacitação de trabalhadores assalariados para a negociação coletiva.

Tendo como princípio político-pedagógico o desenvolvimento local sustentável, destacam-se, como dimensões importantes, o equilíbrio ambiental, econômico e social, como garantia da reprodução da vida no Planeta e da sócio-biodiversidade para futuras gerações; a participação ativa de mulheres e homens, jovens e adultos, de diferentes raças, em igualdade de condições, reconhecendo os conflitos e transformando-os em objeto de reflexão; a cidadania e a geração de trabalho e renda, como instrumentos essenciais para a garantia de condições de vida dignas; e a articulação com o poder público na implementação das políticas de desenvolvimento, saúde e educação.

O projeto Semear busca desenvolver em seus participantes a capacidade de projetar, de abstrair, de tomar decisões, elaborar planos de ação, avaliar situações, construir ferramentas de análise e de intervenção social e política em sua comunidade e no seu município. Traz para o espaço e para o tempo escolares, a vivência diária dessas habilidades, principalmente no processo de construção e incorporação de saberes e tecnologias no trabalho rural.

Inserindo-se no movimento por uma educação básica do campo, o Semear nasce com o propósito de ser mais um instrumento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta peia garantia do direito à educação e ao conhecimento.

PROPOSTA METODOLÓGICA E CURRICULAR

A metodologia do Projeto Semear focaliza a diversidade que compõe o universo do jovem

e do adulto: as relações de trabalho e sistemas de produção no meio rural, a estrutura agrária e as especificidades ambientais e culturais, como a família, a religiosidade, a memória.

O currículo não é concebido como um conjunto predeterminado de conteúdos a serem transmitidos; decorre da íntima ligação que se estabelece entre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e os processos formativos propostos. Aos conteúdos normalmente considerados "escolares", somam-se a dinâmica de envolvimento do aluno com o trabalho, suas outras experiências de vida e o contexto ambiental e social da comunidade e do município em que a sala de aula está instalada. Tudo isso se transforma em conteúdo escolar.

A experiência, no sentido que o Projeto Semear lhe atribui, é uma reflexão da prática sobre si mesma: é a relação que o sujeito vai estabelecendo com seu ambiente físico e social, sempre articulada com a possibilidade de considerar esse ambiente em perspectiva, para repensá-lo e submetê-lo a avaliação.

Deseja-se chamar a atenção para a concretude da existência, que não se coloca apenas no fazer, mas que tem um grau de reflexividade. Parte-se do princípio de que o homem e a mulher do campo não fazem seu trabalho na roça de maneira maquinal, mas o fazem pensando, repensando, avaliando condições climáticas, avaliando a terra. No Projeto Semear, todas essas vivências, incorporadas aos "conteúdos escolares", constituem o currículo, por cuja construção alunos e educadores são responsáveis.

O currículo também se expressa nas estruturas escolares de gestão e de poder. A gestão participativa é fundamental para um projeto como esse. Como a escola é percebida de forma integrada com outras dimensões da vida do trabalhador (o trabalho, a comunidade, a religiosidade, as festas etc.), mesmo o tempo escolar e a localização das salas de aula devem ser decididos com os alunos para que nenhuma das especificidades do trabalho rural constitua motivo para a evasão. Os impedimentos e interdições que as relações de trabalho e familiares impõem ao adulto não podem ser empecilho para sua participação.

O trabalho e a vida cultural tornam-se centrais no processo educativo. Nas relações que os trabalhadores rurais estabelecem no lugar onde vivem, estão implícita ou explicitamente presentes a política, a religião, a cultura (ato de plantar). A idéia de cultivo remete ao trabalho que, para esses homens e mulheres do campo, não está ligado somente à produção, mas é mediado por uma dimensão simbólica, enquanto, significando não apenas a produção da existência, retoma relações com outras imagens. O simbólico tem muita força para os trabalhadores rurais. A árvore, o verde se tornam símbolos de outras realidades. Até mesmo a linguagem por eles empregada tem a capacidade de projetar o sujeito para além do significado imediato que o trabalho assume em seu cotidiano.

O currículo e a intervenção metodológica são construídos com cada turma, com o objetivo principal de que os jovens e adultos reconheçam e dêem nome aos saberes por eles produzidos

ao longo de sua história. Os trabalhadores constroem saberes o tempo todo, mas nem sempre os reconhecem enquanto tal. À medida que começam a falar sobre as tarefas que desenvolvem, percebem o conhecimento presente nesse fazer cotidiano que oculta a produção de saber ínsita ao processo de trabalho.

Além de nomear os saberes, é preciso que os trabalhadores consigam expressar tal produção e refletir sobre ela, servindo-se de múltiplas linguagens, como o teatro, a escrita, a pintura, a dança, a música e outras. A intenção é desafiar jovens e adultos a produzir coletivamente um saber mais complexo do que aquele por eles já produzido em outras esferas de suas vidas.

Mesmo não prescindindo dos chamados conteúdos disciplinares, essa proposta não se deixa determinar por eles. Parte-se do pressuposto de que as disciplinas (matemática, português, história, geografia etc.) constituem uma forma de organizar os conhecimentos, em função de determinados objetivos. Os conteúdos, no Projeto Semear, são tomados não em uma transposição didática, mas na organização que deles fazem as várias ciências. Lida-se com conceitos da economia, da sociologia, da psicologia, entre outras ciências, e da arte na construção ou reconstrução de saberes. O direito à educação é reafirmado garantindo-se o acesso dos educandos ao patrimônio cultural da humanidade.

Os participantes do projeto são desafiados a enfrentar os vários códigos, conceitos e linguagens expressos nas várias áreas do conhecimento. A relação com o saber se apresenta como um desafio, havendo, muitas vezes, conflito com valores e representações do mundo e da vida.

Essa concepção de currículo e de produção de saber somente tem expressão em se rompendo, de antemão, com o trabalho individualizado dos professores. Distanciando-se da organização disciplinar do currículo, o educador e a educadora – profissionalmente qualificados para o ensino de uma só matéria (história, geografia, filosofia, matemática, biologia ou outra qualquer) – deixa de ser o responsável pela transmissão de um conteúdo segmentado e específico a alunos e alunas supostamente "desprovidos" de saber, e passam a agir coletivamente, expressando e criando conhecimentos que se articulam entre si e se referenciam no cotidiano e nas experiências anteriores dos educandos.

A proposta metodológica propicia aos participantes do Projeto a horizontalização e a confiança nas relações interpessoais. Vivenciam-se situações favoráveis à formulação de perguntas, ao exercício amplo da fala, às trocas de experiências e à produção e socialização de novos saberes e conhecimentos. A interação entre sujeitos com respeito às identidades é uma mudança fundamental nas relações de poder e se torna uma condição para que conhecimentos sejam produzidos.

A tensão entre uma convivência horizontal e uma relação hierárquica; a construção coletiva dos saberes; a elaboração e execução de processos autogestionários; a vivência de valores pautados na confiança e na

solidariedade, nas relações de gênero e raça são dimensões do cotidiano escolar, permanentemente discutidas. Isso pressupõe que os participantes – alunos, professores, assessores, coordenadores – vivenciem um processo de formação continuada, no qual cada um se perceba como detentor e, ao mesmo tempo, como demandante de conhecimentos.

Crescem a viabilidade e a possibilidade de atuação do Projeto na mesma proporção em que se amplia a autonomia do grupo na tomada de decisões sobre o processo educativo. A autonomia é uma opção política conquistada, é um saber que se aprende no fazer cotidiano da relação com o conhecimento.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A educação formal com rígidas e excludentes estruturas de tempo, de espaço e de saber não é compatível com o mundo do adulto e tampouco com o processo de construção do conhecimento. Novos paradigmas devem ser estabelecidos, para darem lugar a relações de poder, em que alunos e alunas, professores e professoras possam conjuntamente avaliar e definir o tempo e o espaço escolares.

Essa concepção de educação de jovens e adultos, também expressa no *Parecer da Câmara de Educação Básica*, do Conselho Nacional de Educação, implica uma organização que garanta, de um lado, a manifestação da identidade e da cultura dos trabalhadores e trabalhadoras e, de outro, que possibilite a professores e alunos se tornarem sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. É necessário pensar uma organização do tempo que não exclua ninguém, seja por questões pessoais ou de trabalho, e criar uma metodologia que dê visibilidade às relações sociais, culturais e econômicas.

Um elemento fundamental dessa organização é o rompimento com a estrutura seriada do ensino. É instituído um ciclo único de aprendizagem, trabalhando-se com agrupamentos flexíveis e variáveis, em turmas menores e mais próximas do local de moradia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Os agrupamentos consistem na organização das turmas de estudo, investigação e produção do conhecimento, por temáticas elaboradas no currículo. Os participantes não são agrupados pela série escolar anteriormente cursada, mas segundo critérios que contribuam para a interação e a expressão da identidade, da cultura e do nível de conhecimento dos alunos, tais como idade, gênero, trabalho, interesses, afinidade pessoal, habilidades cognitivas, habilidades artístico-culturais, tempo que passaram afastados da escola ou outros.

O fato de mudar pessoas de um grupo para outro provoca novas aprendizagens, novas formas de expressão, que fazem aflorar saberes antes ocultos. Agrupamentos formados somente por homens analisam uma mesma questão de forma distinta de um grupo formado somente por mulheres. Quando a intenção é explicitar essas diferenças, os agrupamentos são organizados pelo critério de gênero. Também a análise sobre a realidade social e econômica feita por um grupo somente de trabalhadores

rurais assalariados se distingue da que faz um grupo de agricultores familiares.

Essa estrutura organizacional possibilita a inclusão dos alunos e alunas que ainda não dominam o código da escrita e da leitura. É importante, para a aquisição dessa habilidade, desencadear um processo coletivo com participantes alfabetizados e alfabetizandos. É necessário romper com a exclusão que pesa sobre os analfabetos, entendendo o analfabetismo como problema social e não como "deficiência" individual. É preciso criar condições para que quem está se alfabetizando seja visto como sujeito de saberes e não com o olhar do preconceito, que lhe imprime a marca da ignorância, atribuindo maior valor social ao saber ler e escrever do que ao saber colher ou semear. Leitura e escrita são um saber a mais que o sujeito em processo de alfabetização adquire para além dos muitos que já possui.

É importante desenvolver uma atitude solidária entre alfabetizados e alfabetizandos. Aprender e ensinar é responsabilidade de todos, não só dos educadores. Por isso, propõem-se atividades que envolvam alunos que já sabem ler e escrever, no processo de alfabetização de seus colegas. A estrutura flexível de organização dos grupos possibilita que, em determinados tempos, haja agrupamentos de pessoas que precisam descobrir o código da leitura e da escrita. São, dessa forma, instituídos tempos diferenciados para esse processo, mas esse não é o tempo privilegiado ou único de proficiência da leitura e escrita.

Pressupondo que a expressão oral é potencialidade para a expressão escrita e que a aprendizagem da leitura é um processo que deve ser experimentado na convivência com diferentes tipos de textos, elabora-se um trabalho que se utiliza de todas as linguagens disponíveis: a fotografia, a televisão, o jornal, a revista, o desenho, a escrita, a literatura, a música, a informática, a pintura.

Dessa forma, os participantes operam com linguagens verbais e não verbais indiscriminadamente. A intenção é formar um leitor múltiplo, capaz de ter acesso a diferentes situações de linguagem; um leitor que não se limita a decodificar signos, mas que perceba que a leitura está inserida numa cultura e é social, histórica e ideologicamente localizada.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O programa de formação profissional do Projeto Semear, desenvolvido em consonância com a educação fundamental, emerge dos aspectos produtivos, sócio-econômicos e ambientais que permeiam o dia-a-dia dos alunos e alunas.

É concebido como um espaço de troca de experiências, de estudo e pesquisa sobre questões que se apresentam aos homens e mulheres que trabalham com a terra. Não se limita, contudo, ao ensino de técnicas agrícolas. A formação profissional é posta a serviço do desenvolvimento sustentável e solidário.

Os sujeitos da construção e implementação dessa formação devem ser os próprios trabalhadores e trabalhadoras do campo. Por isso, a observação do meio ambiente e de suas respostas à intervenção humana e o conhecimento que os alunos trazem sobre seu processo de trabalho constituem a referência mais importante. Tudo isso deve ser objeto de um esforço de sistematização, que oriente as práticas tradicionais e seja base para novos conhecimentos e para a implementação de um modelo de produção agrícola baseado na solidariedade e na sustentabilidade.

A educação e a formação profissional recolocam o trabalho como princípio educativo:

> Para os homens e mulheres do Semear, o trabalho é conquista e articulador dinâmico de suas existências. Momento de encontro, de troca, de luta e festa, o trabalho representa, para esses sujeitos, a via de acesso ao conhecimento, pois os coloca em contato com o mundo a ser lido e transformado no cotidiano escolar.[1]

As atividades de formação profissional abordam temas diversos, como os usos sustentáveis dos recursos naturais; a construção das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e solidário; o intercâmbio de tecnologias alternativas; a geração de renda, a produção e a comercialização solidárias.

AVALIAÇÃO

A avaliação ocorre continuamente e determina a direção do trabalho formativo, desde o momento de composição das turmas até a conclusão de cada proposta de trabalho. Constitui-se de forma processual, vinculada à vivência diária de construção e incorporação de novos saberes e tecnologias, numa inter-relação dos sujeitos envolvidos nas várias ações educativas.

Durante o desenvolvimento de cada proposta de trabalho, a equipe de educadores se reúne, socializando e discutindo, numa ação que é formativa, os questionamentos apresentados pelos educandos, estabelecendo, assim, uma ação reflexiva sobre a prática.

Avaliação não é, portanto, um mero instrumento que, uma vez aplicado, possa ser arquivado como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. É descrição e problematização de uma realidade do educando trabalhador e proposta de alternativas. Requer ruptura com esquemas avaliativos tradicionais e procura favorecer o desenvolvimento da capacidade do educando de se apropriar de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos.

Trata-se de efetivar a avaliação como um procedimento pelo qual os educandos desenvolvem a capacidade de se responsabilizar por sua aprendizagem e de opinar sobre o conhecimento que já possuem ou que elaboraram em sala de aula.

FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS

Um projeto de educação fundamental e de formação profissional de jovens e adultos do campo, com a concepção e a metodologia aqui

apresentadas, requer a constituição de um grupo de educadores com sensibilidade e conhecimento do mundo do jovem e do adulto, de sua cultura e de suas formas de inserção nos mundos do trabalho.

Essa necessidade se torna ainda maior quando se propõe um projeto baseado no trabalho de equipe ao invés da tradicional organização disciplinar. Essa proposta exige educadores e educadoras dispostos a desenvolverem uma postura de igualdade e de solidariedade com os participantes do Projeto. A identidade dos educadores e educadoras, sua inserção política, sua experiência pedagógica, suas habilidades específicas se expressam no cotidiano da prática educativa, com uma heterogeneidade vital para a construção conjunta de novos conhecimentos e saberes.

Faz-se necessário também um programa de formação, capaz de envolver diretamente os educadores na concepção do ato educativo e de potencializar sua intervenção na educação básica e profissional do campo. Nesses momentos de formação, são propiciadas a vivência e a reflexão sobre a metodologia a ser cotidianamente construída. É necessário possibilitar que os educadores e educadoras dialoguem sobre as variadas concepções que possuem e manifestem polêmicas, dúvidas, desafios e soluções, num movimento que se aproxime daquele proposto para os alunos e alunas. Essa formação ocorre em oficinas de planejamento e avaliação, em seminários e cursos, no acompanhamento das atividades diárias do Projeto, e através da reflexão individual e coletiva sobre a prática educacional.

Um importante percurso é o curso de formação que reúne dirigentes sindicais, educadores, coordenadores e alunos e alunas, representantes das turmas, na vivência de um processo coletivo de análise da experiência do Projeto. Consoante às especificidades do Semear, confere-se centralidade ao trabalho como princípio educativo, detendo-se sobre as múltiplas e complexas dimensões da formação humana. Mais do que enunciar a relação entre os pólos educação e trabalho, é necessário perceber a formação na complexa totalidade social, com as dimensões da produção da existência, das relações sociais e do simbólico.

Essa abordagem exige ultrapassar o debate conceitual. Cabe aguçar os sentidos, despertar sensações diversas que remetem o grupo para a noção de cultura. Busca-se a manifestação das subjetividades, instigando o senso estético nas várias propostas de trabalho. Entrelaçando a sensibilidade com a reflexão teórica, lida-se com múltiplas linguagens, apropriando-se de tempos e espaços e ressignificando-os para incorporar os saberes do grupo.

Nesse exercício, tornam-se objeto de reflexão a relação entre educador e educandos; a relação com o conhecimento (o que e como se aprende); a relação entre conhecimento formal e saberes; a estrutura e gestão do espaço educativo (tempo, espaço, poder), considerando as dimensões da vida adulta, as especificidades do trabalho no campo e a importância da educação na vida das pessoas.

A reflexão sobre esses aspectos possibilita que um outro conceito de currículo seja

elaborado pelos educadores e educadoras – o currículo como movimento de vida, uma práxis num mundo concreto. O foco de preocupação dos educadores e educadoras desloca-se das disciplinas escolares para o desafio de se trabalhar com a diversidade de conhecimentos e saberes dos alunos e dos próprios educadores, visando à construção de um processo contínuo de formação humana.

POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

É imprescindível para o Projeto Semear estabelecer relação com o sistema de educação dos municípios onde funcionam suas turmas. Não apenas porque isso tem possibilitado a construção de parcerias muito enriquecedoras, mas também porque a educação é entendida como um direito dos trabalhadores a que o Estado deve prover.

A pouca tradição da modalidade de ensino de jovens e adultos nos municípios desafia o Semear a constituir uma experiência capaz de se tornar uma referência na instituição de uma política permanente de educação para jovens e adultos. Trata-se, primeiramente, de dar visibilidade para a demanda (ainda não satisfatoriamente dimensionada) de trabalhadores rurais a que as redes de ensino municipais e estaduais têm o dever de atender. Mas, além de pôr em evidência essa lacuna do sistema público de ensino, o Projeto Semear também fomenta essa demanda atuando junto aos trabalhadores para que tomem consciência de seu direito inalienável à educação, ao conhecimento e aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Com os movimentos populares e sindical que atuam em sua região de abrangência, o Semear se torna um movimento pela garantia desse direito dos trabalhadores, integrado com a luta pelo desenvolvimento local sustentável e solidário.

PROJETO DE EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES

O Projeto de Educação de Trabalhadores (PET) é um programa de ensino fundamental para jovens e adultos trabalhadores, estruturado em torno da relação entre a educação e os mundos do trabalho e das culturas. Desde sua primeira elaboração, o Projeto vem realizando esforços para atingir as seguintes metas:

Desenvolver um programa de ensino fundamental (1ª a 8ª séries), com jovens e adultos trabalhadores da região industrial de Belo Horizonte, de modo a fornecer subsídios para a elaboração de propostas político-educacionais de formação de adultos e trabalhadores visando a contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia ligada às demandas dos trabalhadores;

Constituir e capacitar uma equipe de professores para o trabalho com a *educação de jovens e adultos*, considerando a diversidade de experiências e saberes, as relações de trabalho e os sistemas de produção e as especificidades culturais que marcam as identidades de jovens e adultos trabalhadores;

Qualificar trabalhadores e trabalhadoras para inserção política, cultural e cidadã,

desenvolvendo a capacidade de projetar, de abstrair, tomar decisões, elaborar planos de ações, avaliar situações, construir ferramentas de análise e de intervenção na realidade.

A perspectiva de uma ação educativa junto aos trabalhadores ligados aos sindicatos de Belo Horizonte surgiu em 1991, quando a Escola Sindical 7 de Outubro encaminhou à um instituto de cooperação internacional do movimento sindical italiano, o ISCOS o Projeto de Educação de Trabalhadores. Em sua primeira formulação, o Projeto propunha elaborar uma ação político-pedagógica de educação de adultos trabalhadores, ao mesmo tempo em que pretendia sensibilizar dirigentes sindicais para demandas relacionadas à luta pelo direito dos trabalhadores à educação e promover um intercâmbio com dirigentes de sindicatos italianos para trocas de experiências na área de educação popular.

Em julho de 1992, com a aprovação do projeto pelo ISCOS, iniciou-se uma série de contatos com entidades sindicais e a Prefeitura de Belo Horizonte, sob a coordenação da Escola Sindical, para a operacionalização do Projeto. As atividades foram iniciadas em agosto de 1995, após assinatura do convênio entre a Prefeitura e a Escola Sindical.

O corpo docente é composto por professores da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte e por um formador da Escola Sindical 7 de Outubro. A iniciativa de instaurar o Projeto na rede pública de ensino está presente desde a concepção do projeto. A educação de jovens e adultos é considerada uma modalidade estratégica para a igualdade de acesso à educação como bem social. Nos anos de 1995 a 1997, o projeto funcionou como curso de 1ª à 4ª séries na sede da Escola Sindical 7 de Outubro. Em 1998, foi ampliado para curso de ensino fundamental (1ª à 8ª séries), transferindo-se para a Escola Municipal União Comunitária.

O Projeto vem passando por uma série de desafios: a formação de um número maior de alunos (cerca de 300 por ano); a constituição da equipe de professores, com implicações que vão da seleção de perfil ao processo de formação contínua; a relação com os outros turnos da Escola Municipal União Comunitária e com outras escolas do município; as constantes negociações com os órgãos da Secretaria Municipal de Educação, em torno das concepções de organização e funcionamento de uma experiência com características de escolarização (tempo diário e anual, currículo e certificação se destacam).

Ao longo desses anos, o PET tem se tornado uma referência para o debate da institucionalização da modalidade da educação de jovens e adultos. Esse reconhecimento remete, por um lado, à forma como o Projeto se estrutura e, por outro, convida a refletir sobre os compromissos que a política nacional de formação da CUT pode aportar para a conquista do direito à educação de trabalhadores e trabalhadoras, jovens e adultos.

No desenvolvimento do Projeto, trabalho e cultura são percebidos como dois pólos de uma

mesma unidade. A produção da existência é mediada pelo simbólico – signos e significados, linguagem, sagrado – e remete os trabalhadores e trabalhadoras para além do processo produtivo. Da mesma forma, as práticas culturais atualizam dimensões do trabalho.

Essa dinâmica que envolve trabalho e cultura supõe a aproximação dos dois pólos na experiência, que é ao mesmo tempo a concretude da existência e a possibilidade de distanciamento e reflexão. Ao realizar o trabalho e a cultura, os trabalhadores e as trabalhadoras atualizam memórias, conhecimentos e saberes, organizam, avaliam e projetam situações. A experiência é portanto um processo reflexivo. Essa noção de experiência – movimento e criação associados ao ato de viver, ação e criação de saber – constitui o eixo da proposta curricular.

A centralidade conferida ao trabalho e à cultura torna os conteúdos da experiência preponderantes sobre os conteúdos escolares e os determina. Trata-se de uma prática complexa, em que os sujeitos do ato educativo, mediante a pesquisa, a análise e a inferência, desenvolvem, individual e coletivamente, um pensamento que ultrapassa o imediato.

Nesse processo, jovens e adultos, trabalhadores e trabalhadoras, são desafiados a reconhecer e nomear os saberes por eles produzidos nas várias esferas da vida. Ao propor o reconhecimento dos saberes da experiência, considera-se a distinção entre conhecimento – produto formalizado de acordo com os cânones acadêmicos, reconhecido e valorizado socialmente – e saber – produzido pelos sujeitos na experiência, não adquire a formalização que confere o reconhecimento social. O desafio é então pronunciar o saber que emerge da experiência, do trabalho e da cultura para provocar a reflexão sobre esses saberes. Para isso, são utilizados relatos orais e escritos das situações de trabalho e intercâmbios de experiências de produção. Esses são momentos privilegiados para descrever procedimentos utilizados em situações concretas, dando a perceber aquilo que está encoberto: relações de aprendizagem que passam pelas conversas informais, pelas memórias, encontros, pela repetição, pela sensação e intuição. No cotidiano das relações nos espaços educativos é recorrente a pergunta: "como é que você faz?" "como é que você sabe?". E é comum que a resposta inicial seja: "fazendo, pego e faço"; "eu sei sabendo, já nem sei mais como aprendi". A continuação desse diálogo permite a expressão e reflexão sobre processos já automatizados, percebendo os saberes contidos na experiência e a maneira como foram produzidos.

É importante demarcar que essa proposta não prescinde dos chamados conteúdos disciplinares, no entanto, não é por eles determinada. As disciplinas, como matemática, português, história, geografia etc., constituem uma forma social de organizar os conhecimentos. Tomam-se os conteúdos não como disciplinas, mas como conhecimentos materializados nas várias ciências. Por isso, lidamos com conceitos da economia, da sociologia, da psicologia, da arte etc. na reflexão sobre os saberes. Os participantes do projeto são

desafiados a enfrentar os vários códigos, conceitos e linguagens expressos nas várias áreas do conhecimento. A relação com o saber e com o conhecimento torna-se uma relação de desafio, muitas vezes de conflito com as representações e valores a respeito do mundo e da vida.

A intencionalidade dessa proposição curricular é provocar um deslocamento que permita o encontro com outras referências; um deslocamento que ultrapasse as definições prévias para explicação do contexto social, dos valores éticos, da expressão estética. A tentativa é de abrir a possibilidade de comparação e ampliação de referências. Não se trata de propor uma redefinição das referências e concepções de mundo. Propõem-se a desnaturalização de valores, conhecimentos e saberes, percebendo que se tratam de opções, construções sociais, culturais, históricas, passíveis de transformação. Para isso, o enfoque privilegiado não está no produto do conhecimento, mas nos seus processos de construção, legitimação e difusão.

A proposta curricular e metodológica se pautam pela flexibilidade. O currículo e a intervenção metodológica são construídos com cada turma, considerando os diversos contextos. Essa concepção de currículo e de produção de saber somente tem expressão, rompendo-se, de antemão, com o trabalho individualizado dos professores. O projeto está alicerçado no trabalho coletivo. A primeira ruptura que se dá é com o domínio da disciplina. Cada professor ou professora vem para o projeto com sua qualificação ou formação profissional, seja em história, geografia, filosofia, matemática, biologia e outros. Mas esse profissional deixa de ser o responsável por ensinar o conteúdo dessa disciplina e passa a dialogar com os outros conhecimentos e saberes aportados no Projeto, no tempo de trabalho e de formação docente.

A proposta metodológica propicia que os participantes do projeto estabeleçam entre si relações horizontalizadas e de confiança, vivenciando situações propícias para a formulação de perguntas, o exercício amplo da fala, as trocas de experiências e a produção e socialização de novos saberes e conhecimentos. Assim, a interação entre sujeitos, o respeito às identidades e a alteração das relações de poder se constituem em elementos fundamentais para a produção do conhecimento.

Há um processo permanente de reflexão sobre as relações estabelecidas no cotidiano escolar, tais como: as dimensões do poder e a tensão entre uma convivência marcada pela horizontalidade e uma relação mais hierárquica; a construção coletiva dos saberes e conhecimentos; a elaboração e execução de processos autogestionários; a vivência de valores pautados na confiança e na solidariedade, nas relações de gênero e raça.

Essa descrição sintética acerca das características básicas do PET convida a discutir o significado que adquire essa histórica parceria entre a Escola Sindical e um projeto de educação de jovens e adultos trabalhadores incorporado à rede pública de educação, nesse momento em que se definem as premissas a partir das quais essa modalidade de ensino vem se estruturando em nosso país.

A estratégia da Escola Sindical na realização dessa parceria consiste em contribuir para que os processos de educação de trabalhadores sejam concebidos em permanente diálogo com os desafios apresentados pelas transformações dos mundos do trabalho em que se insere ou dos quais é excluída a população jovem e adulta. Um dos mecanismos para alcançar esse objetivo é a incorporação da equipe de professores do PET nas atividades desenvolvidas pela Escola Sindical, onde se tem a oportunidade de estabelecer um amplo debate sobre essas questões.

Além disso, tem sido possível construir proposições conjuntas sobre a política pública de educação de jovens e adultos, inclusive no que diz respeito ao trabalho de formação docente para lidar com essa modalidade de ensino.

Esses mecanismos de interação e concretização da parceria com o PET buscam, por fim, mobilizar dirigentes sindicais dos diversos segmentos da produção para o enfrentamento do quadro de exclusão educacional de trabalhadores e trabalhadoras de modo a ampliar, no movimento sindical, a luta pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Projetos de formação sócio-profissional

As estratégias de ajustes na economia nacional patrocinadas pelas instituições financeiras multilaterais e ratificadas pelo jogo político nacional têm ocasionado um fraco desempenho da economia brasileira, agravando o quadro já desfavorável do mercado de trabalho. Resulta desse movimento a acentuada expulsão de trabalhadores e trabalhadoras do segmento formal e o aumento do contingente de desempregados e de formas precárias de inserção no mercado de trabalho (o trabalho informal, autônomo, a domicílio, subcontratado etc.), configurando um mercado que exclui parcela significativa da população – principalmente os jovens candidatos ao primeiro emprego e as pessoas consideradas velhas demais.

A Escola Sindical, ao incorporar em sua estratégia de trabalho ações no campo da qualificação profissional, o faz ciente de que a qualificação, se pensada como uma política autônoma diante do conjunto de questões macro-estruturais, é insuficiente para assegurar emprego, trabalho e renda para milhões de pessoas sem acesso a direitos básicos. Sendo assim, a Escola parte da compreensão de que os trabalhadores e trabalhadoras devem ter assegurado, como requisito básico de acesso a uma condição cidadã, a formação necessária para intervirem de forma consciente na construção da sociedade. A qualificação profissional faz parte desse patamar de direitos a ser conquistado.

Ao desenvolver atividades no campo da qualificação profissional, a Escola Sindical pretende contribuir para que os sujeitos

envolvidos se preparem para se inserir produtivamente em segmentos do mercado de trabalho capazes de proporcionar condições de vida dignas. Trata-se de vivenciar a inserção produtiva como um exercício de cidadania. Por isso, os cursos oferecidos não se restringem à aprendizagem de uma habilidade específica, mas colocam em prática uma proposta de formação integral que tem como horizonte um projeto mais amplo de transformação social. Essa forma de conceber a qualificação profissional também incorpora experiências e reflexões acumuladas no campo da educação popular e sindical, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova prática educacional, gestada e assumida pelos educandos em situações dialógicas, e que seja capaz de relacionar várias dimensões da vida cotidiana dos sujeitos em formação.

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos e dever do Estado, a Escola Sindical tem buscado realizar parcerias com instâncias governamentais. Há alguns anos a Escola Sindical é parceira da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte nas ações vinculadas à formação sócio-profissional dirigida aos públicos atendidos por programas sociais da Prefeitura e seus familiares. Nesse trabalho, a Escola Sindical contribui com seu aporte pedagógico e de gestão para a realização de cursos em diversas áreas tais como higiene e beleza, rotinas de escritório, vestuário e confecção, alimentação, mecânica, ornamentação etc. O público que freqüenta esses cursos é constituído por pessoas de baixa renda – predominantemente mulheres e jovens – com baixa escolaridade e privados da inserção produtiva no mercado de trabalho.

Com o objetivo de coordenar as ações de qualificação profissional dos participantes dos seus programas sociais, a Prefeitura de Belo Horizonte inaugurou, em junho de 1998, o Centro de Qualificação Profissional – Qualificarte. Esse equipamento público também é responsável pela execução de cursos e pela supervisão das ações formativas desenvolvidas em convênio com organizações não governamentais.

A Escola Sindical tem priorizado a resposta às demandas de capacitação dos profissionais do QUALIFICARTE que trabalham com a qualificação profissional, bem como das pessoas que atuam nas entidades conveniadas. Cabe à Escola Sindical proporcionar o suporte pedagógico e metodológico necessário à realização dos cursos e acompanhar as atividades de qualificação profissional.

PROJETO NACIONAL DE SAÚDE NO TRABALHO - INST/CUT

Trata-se de uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores, através do Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador (órgão de assessoria técnica da CUT), em parceria com as Comissiones Obreras – Fundación Paz y Solidariedad (Espanha), a DGB Bildungswerk (Alemanha), Arbetanas Bildningsforbund (Suécia), com apoio financeiro da União Européia.

Seu principal objetivo é fortalecer a organização nos locais de trabalho formando delegados de saúde, promovendo o intercâmbio entre trabalhadores de diferentes empresas ou ramos e desenvolvendo estratégias comuns de negociação coletiva e melhoria das condições de trabalho.

O Projeto realiza seminários sobre saúde e segurança no trabalho e, através das escolas sindicais da CUT, oferece cursos sobre saúde, trabalho e meio ambiente. Prevê também a produção de manuais e publicações sobre diversos ramos de produção, no intuito de fortalecer uma atitude preventiva de proteção coletiva da saúde nos locais de trabalho.

A Escola Sindical 7 de Outubro participa da execução desse Projeto pela realização dos cursos de formação em saúde e segurança no trabalho e meio ambiente nos estados de sua abrangência. Com esses cursos, deseja-se socializar o conhecimento dos trabalhadores sobre seu local de trabalho, sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes de determinadas formas de organização do processo produtivo, discutindo formas de atuação e controle sindical em defesa da saúde dos trabalhadores.

Projeto de formação sócio-profissional e sindical de mulheres e jovens urbanos e rurais (Projeto EED)

O convênio com a EDD – entidade de cooperação das igrejas evangélicas alemãs – visa a desenvolver um programa de formação que contribua para ampliar a participação política e social de mulheres e jovens. Partindo da constatação da ineficiência das políticas públicas no atendimento das especificidades da inserção feminina e juvenil na sociedade, a Escola propõe um projeto de formação sócio-profissional e sindical em que as questões de gênero e de geração são consideradas como constitutivas das relações que homens e mulheres, em diferentes faixas etárias, estabelecem nos mundos da política, da economia e da cultura.

No âmbito do primeiro convênio com a EDD, a Escola Sindical considerava estratégicos dois campos de intervenção. O primeiro visava a estimular o poder público a assumir a formação sócio-profissional de mulheres de baixa renda. Várias parcerias institucionais com entidades públicas e sindicais foram constituídas nos três anos iniciais do Projeto, com vistas a redirecionar os planos de qualificação profissional, ampliando o alcance das políticas sociais municipais em Belo Horizonte. O segundo campo de intervenção – a formação política e sindical de mulheres trabalhadoras – tornou possível o acúmulo teórico e metodológico que deu ao tema das relações de gênero a consistência de um eixo temático no atual plano de trabalho da Escola Sindical 7 de Outubro.

A atual formulação desse convênio de cooperação inaugura novos campos de atuação e – fruto da experiência que a cooperação com a EDD tornou possível acumular – propõe novas perspectivas de análise para os temas discutidos nos anos anteriores. Compõe-se de três partes: a primeira delas visa à formação de lideranças

femininas e jovens rurais para o desenvolvimento local sustentável; a segunda, trata das relações sociais de gênero e do fortalecimento da organização das mulheres e, finalmente, a terceira tem como objetivo a formação sócio-profissional de mulheres e jovens.

FORMAÇÃO PARA TRABALHADORES RURAIS

As políticas agrárias e agrícolas nacionais, implantadas por sucessivos governos, com o alegado objetivo de modernizar a produção agropecuária no Brasil, dão prioridade aos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades e dos trabalhadores que exploram a agricultura familiar. As transformações nas relações de trabalho no campo, decorrentes desse modelo de modernização, geram um crescente número de trabalhadores assalariados, contratados em condições precárias. Essa é uma situação que afeta, de um modo particularmente intenso, os jovens e as mulheres, exigindo do movimento sindical ações organizativas e formativas específicas para esse público.

A educação e a formação profissional que a Escola Sindical 7 de Outubro vem desenvolvendo com trabalhadores rurais, através do Projeto Semear, indicam a necessidade de desenvolver processos formativos que abordem as relações de gênero e de geração na agricultura familiar. Deseja-se promover a organização de movimentos de luta por políticas públicas que possibilitem a permanência dos jovens no campo e enfrentem a desigualdade de poder entre homens e mulheres. A Escola Sindical 7 de Outubro visa a contribuir para uma melhor intervenção de lideranças sindicais e comunitárias na gestão dos conselhos de desenvolvimento rural, de saúde, de educação e de emprego em seus municípios

RELAÇÕES GERACIONAIS NO CAMPO

Uma pesquisa realizada pelo UNICEF constatou que a cada 10 jovens brasileiros, 7 acreditam não alcançar condições de vida e de trabalho melhores do que as conquistadas por seus pais. Isso se deve à enorme desigualdade econômica, ao analfabetismo e à violência que enfraquecem as expectativas de sucesso dos jovens e, tornando distante o acesso ao primeiro emprego, fragilizam a percepção de que, através do trabalho, podem ser superadas as dificuldades. A falta de investimento em políticas públicas de educação e, em conseqüência disso, os baixos índices de escolaridade tornam essa situação ainda mais grave no campo, onde a concentração fundiária deixa ao jovem, como única alternativa de subsistência, o trabalho assalariado, cuja sazonalidade impõe contínuas migrações.

Não encontrando no campo as condições para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e realização de seus anseios, um grande número de jovens busca o acesso a direitos básicos, como a educação, o emprego e o lazer nos centros urbanos, confrontando-se, nesse deslocamento, com distintas visões de mundo. Não é possível ao jovem, depois de ter vivido na cidade, retornar ao campo nas mesmas

condições de antes de sua partida. É necessário reconstruir relações partindo do novo lugar social que ele passa a desempenhar, o que dificilmente ocorre sem tensão com os membros da família ou da comunidade.

Por outro lado, também os jovens que permanecem no campo enfrentam conflitos, por não encontrarem ali tudo de que necessitam. Os jovens desejam ter acesso a serviços (lazer, informação etc.), que pessoas em outras fases da vida não demandam da mesma maneira. Querem ter acesso, por exemplo, à informática não apenas para aplicá-la na produção rural, mas para fazerem contato com outros jovens, trazerem algum tipo de movimento diferente da temporalidade cíclica que caracteriza a vida no campo. Buscando novas oportunidades na cidade ou persistindo no campo, a atitude de contestação e de anseio pelo novo, que caracteriza o jovem, gera conflitos com as gerações mais velhas que desejam que seus filhos dêem continuidade a um dado modo de vida e de organização produtiva.

As atividades desenvolvidas com os jovens têm o objetivo de promover a organização de movimentos para discussão e reivindicação de políticas específicas nas áreas do emprego, da educação, da cultura, de modo a construir com eles e para eles um lugar no campo. Isso exige enfrentar, em primeiro lugar, o desafio de realizar com os jovens do campo uma experiência de descoberta do que é específico da juventude rural e de recriação e ressignificação de suas expectativas e desafios. É preciso também possibilitar o diálogo entre as gerações. Isso significa ajudar o jovem a construir um outro olhar para a idade de seus pais (a idade adulta) ou a de seus avós (a terceira idade), de modo a perceber e valorizar o movimento pelo qual uma geração vai construindo a outra. A proposta da Escola é possibilitar ao jovem a vivência da contestação, característica dessa fase da vida, de modo que as rupturas se tornem formativas: as gerações mais velhas são portadoras de uma tradição, da qual é possível apropriar-se até mesmo para romper com ela.

RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO

Após a substituição da mão-de-obra escrava pelos trabalhadores imigrantes, nas primeiras décadas do século XX, os grandes proprietários de terra passaram a contratar unidades familiares, que recebiam proporcionalmente ao número de braços aptos para o trabalho. Esse sistema, conhecido como colonato, consistia em um contrato anual entre o fazendeiro e o chefe da família, em que esta se responsabilizava pela agricultura de exportação em troca de uma remuneração fixa, da moradia e da produção de subsistência. Os custos desse sistema eram reduzidos, pois o fazendeiro não remunerava mulheres e jovens de até 16 anos. O poder masculino, centrado na figura do pai-marido-patrão, que personificava as exigências dos proprietários, permanece hoje no modelo de agricultura familiar. Para mulheres e jovens, trabalhar para a família, a título de ajuda, sem remuneração, sob o comando do pai, marido ou irmão mais velho, constitui um

panorama ainda bastante comum nas áreas rurais.

No entanto, o processo de modernização da agricultura dos anos 50 e 60, além de haver provocado o êxodo de trabalhadores da zona rural para as cidades, fez surgir também o trabalho assalariado individualizado temporário (o bóia-fria). Nesse modelo, o homem deixou de ser o gestor do trabalho familiar, tornando-se um "provedor defeituoso" da família, na medida em que a mulher e os filhos também são obrigados a se assalariar. O trabalho da mulher foi redefinido: não mais englobado no contrato de trabalho feito com o pai ou marido, é submetido a um intenso processo de exploração e dominação.

Do ponto de vista cultural, deixar de trabalhar *em casa* e passar a trabalhar *para os outros* representou uma alteração na vida das mulheres do campo e na estrutura interna das famílias. Essa alteração, entretanto, não provocou a igualdade nas relações entre homens e mulheres e nem a reversão da estrutura de poder. Verifica-se a discriminação contra as mulheres na fixação de salários, na definição das tarefas agrícolas, na falta de registros em carteira profissional, além de sofrerem assédios sexuais de feitores, empreiteiros ou outros agentes de controle do trabalho. Mantém-se, de forma ambígua, a exploração da mão-de-obra feminina assalariada e a estrutura familiar patriarcal. Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho, como assalariadas rurais, tenha crescido bastante, dados oficiais revelam que cerca de 80% delas encontram-se ainda entre os membros da família não remunerados. O trabalho das mulheres no campo é tratado, muitas vezes, como parte das funções de dona de casa, nem chegando a ser considerado propriamente como um trabalho, embora elas dediquem uma extensa jornada semanal à horticultura e à criação de aves e pequenos animais para consumo da família.

Nas atividades realizadas com as trabalhadoras rurais, a Escola Sindical 7 de Outubro deseja levá-las a reconhecer esse seu lugar na agricultura familiar. Deve-se constatar, primeiramente, o elevado grau de organização dessas mulheres: em quase todas as cidades onde o Projeto Semear atua, existem grupos organizados de mulheres que intervêm nos sindicatos, formam associações e participam ativamente de suas comunidades. Essa capacidade de agregação, originada da prática religiosa e da abnegação que as mulheres exercem cotidianamente no lar, constitui uma atitude permanente em sua ação política. Elas compartilham as estratégias para se livrarem de uma submissão maior do que a dominação sofrida pelas mulheres da cidade. Com esse Projeto, deseja-se mostrar que a mulher trabalhadora rural é um sujeito, capaz de intervir na política e de produzir cultura. É preciso conhecer a especificidade da mulher do campo e entender como se dão, nesse meio, as relações de gênero para reconstruí-las de forma diferente, valorizando a capacidade de abnegação feminina, numa ação sindical realizada por e para mulheres e homens.

Um outro desafio é formar o grande número de mulheres que assumiram mandatos sindicais desconhecendo, pelo menos por não

tê-la vivenciado diretamente, a história das lutas femininas no sindicalismo. É necessário que as novas dirigentes conheçam profundamente o movimento sindical, para enfrentarem as relações de poder dentro do sindicato, exigindo o respeito às especificidades de um e de outro sexo.

FORMAÇÃO DE MULHERES, DIRIGENTES SINDICAIS

A Escola Sindical 7 de Outubro propõe a discussão das relações de gênero em seu plano de trabalho por reconhecer que homens e mulheres ocupam de forma desigual os espaços na sociedade. A intenção é tomar como objeto de discussão a divisão sexual do trabalho, das emoções e das relações de poder, que dificulta o acesso das mulheres à posição de sujeito político. Mais do que procurar entender o lugar das mulheres na sociedade, propõe-se o desvelamento da sociedade a partir do lugar das mulheres.

A Escola Sindical privilegia, na formação de mulheres, dirigentes sindicais de categorias profissionais diversas (bancárias, comerciárias, funcionárias públicas, metalúrgicas, professoras, trabalhadoras da saúde, trabalhadoras rurais etc.), a percepção das muitas figuras do feminino que constituem o ser mulher, com o intuito de atingir a desnaturalização da condição feminina, provocando uma leitura contextualizada dos vários papéis que definem socialmente o lugar da mulher. Busca-se captar a constituição histórica da condição feminina, conferindo visibilidade ao aprendizado dessa condição, ao descrever e refletir sobre o fundo comum no qual se desenvolve a existência feminina singular.

As referências utilizadas nesse percurso inscrevem-se no registro dos estudos da história cultural, que introduziram, no Brasil, a categoria gênero – construção social e cultural das diferenças sexuais. A contribuição desses estudos está em evidenciar que a denominação *homem* ou *mulher* é produto de relações sociais baseadas em distintas relações de poder. O universo feminino se diferencia do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, mas sobretudo por experiências históricas, marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.

A partir dessas referências, propõe-se um percurso formativo que investigue a constituição do feminino – o *tornar-se mulher* – como construção histórico-social de um determinado modelo de desenvolvimento econômico adotado no País. Busca-se configurar os cenários nos quais os papéis feminino e masculino se definiram, desvendando a intencionalidade, os mecanismos e as estratégias dessa definição. Sob esse enfoque, discutem-se as conseqüências da reestruturação produtiva para o trabalho feminino: ampliação da presença das mulheres no mercado de trabalho, num quadro de precarização de contratos; crescimento do número de mulheres na condição de chefes de família; queda da taxa de fecundidade; maior índice de escolaridade entre as mulheres do que entre os homens. Evidencia-se que essa transformação da presença feminina no mercado de trabalho não reverteu o quadro de

discriminação: as mulheres não chegam, geralmente, a assumir cargos de chefia ou de formulação, continuando em funções subalternas, mesmo quando são portadoras de maior qualificação.

Deseja-se abordar questões relativas ao impacto da entrada das mulheres no mercado de trabalho sobre a subjetividade feminina e a organização da família. Problematizam-se, por essa via, as transformações na relação entre os sexos, no mercado matrimonial e na maternidade. Esse diálogo ajuda a repensar sobre os desafios que ainda se mantêm para a presença das mulheres em espaços de poder, mesmo com as mudanças da inserção feminina nos espaços de trabalho.

Com essas reflexões, deseja-se contribuir para a desnaturalização e superação da desigualdade social entre os gêneros masculino e feminino, e para o empoderamento (*empowerment*) das mulheres, qualificando sua participação nos espaços de poder, sua inserção na vida social, profissional, política e sindical. É preciso repensar os espaços específicos de luta das mulheres (em especial as Comissões de Mulheres da CUT) e planejar ações sindicais que contribuam para a formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da exclusão e discriminação.

Nesse eixo de formação pretende-se focalizar o mundo urbano. Deseja-se refletir sobre o processo de negociação coletiva, destacando, desde a definição das reivindicações, as especificidades de gênero, decidindo sobre quem negocia cada ponto da pauta e a melhor estratégia para essa negociação. Isso representa uma permanente revisão da prática sindical, para avaliar as ações implementadas, com vistas a desfazer as relações naturalizadas de poder, e identificar os objetivos propostos e efetivamente atingidos.

Esse Projeto oferece também a oportunidade de constatar e discutir o lugar de homens e mulheres no mercado de trabalho. Estudos têm mostrado o crescente número de mulheres chefes de família. Ser chefe de família – ter uma renda proveniente do trabalho, da qual depende a sobrevivência da família – é uma dimensão da classe trabalhadora, ausente, pelo menos dessa forma, em outra classe social. Deseja-se refletir sobre a repercussão que tais mudanças têm para as relações privadas. Trata-se de investigar o impacto que o fato de o homem estar desempregado e a mulher estar trabalhando tem para a vida doméstica.

Isso tem importância, primeiramente, por permitir entender a identidade de classe e a subjetividade do trabalhador e as relações de gênero, para perceber que conflitos, antes ocultos, esses novos elementos geram.

FORMAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DE MULHERES

A proposta de desenvolver atividades de formação sócio-profissional, tendo como público mulheres e jovens, visa a contribuir para a qualificação desses segmentos sociais de modo a prepará-los para o desempenho de atividades produtivas e estimular a auto-organização em cooperativas de produção ou

de serviços, construindo laços de solidariedade entre os participantes das atividades.

A qualificação profissional, por si só, não é suficiente para garantir emprego e renda. Isso só pode ser alcançado por mudanças da política econômica e do modelo de desenvolvimento implementado no País. A Escola Sindical 7 de Outubro, ao oferecer atividades de formação sócio-profissional, tem a compreensão de que a formação é um direito e um requisito básico para a conquista da cidadania; é condição para uma intervenção consciente e crítica na construção de uma sociedade democrática.

O público dessas atividades traz as marcas da exclusão social: trata-se, geralmente, de pessoas de baixa renda familiar, reduzido grau de escolarização, pouca qualificação profissional e com baixa auto-estima, aspectos que contribuem para dificultar sua participação social. Há vários casos em que o sustento da família provém, exclusivamente, do trabalho das mulheres ou de forma combinada com o trabalho dos seus filhos, meninos e meninas, nas ruas da cidade.

Mulheres e jovens com esse perfil ficam, em geral, excluídos dos planos de qualificação profissional, desenvolvidos pelos governos federal e estaduais, cujos programas, orientados pelas demandas do mercado de trabalho, exigem o ensino fundamental completo, um grau de escolaridade elevado (8 anos), num País em que a média é de apenas 3 anos.

O perfil desse público possibilita que o projeto desenvolva e aprofunde relações institucionais com entidades sindicais e públicas que possam ser sensibilizadas e estimuladas a assumir esse tipo de trabalho. Na execução das atividades desse eixo, faz-se uma parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Secretaria de Educação e da Secretaria de Assistência Social, que desenvolvem programas sociais junto à população carente da cidade.

Ao realizar ações conjuntas com o poder público, a Escola Sindical 7 de Outubro deseja contribuir para o aprimoramento temático e metodológico, a partir do acúmulo que vem construindo na formação de jovens e adultos. Trata-se de desenvolver metodologias adequadas ao trabalho formativo desse público, orientadas pela reflexão sobre os mundos do trabalho.

As atividades visam a contribuir com a política pública de formação profissional do Município de Belo Horizonte, com vistas a avançar para uma visão mais integrada do atendimento das populações assistidas por programas sociais, incorporando à assistência social, oportunidades de formação sócio-profissional na área de serviços, que podem contribuir para a criação de alternativas individuais e coletivas de geração de renda.

[1] NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. Vida, subjetividades, saberes e trabalho: raízes de uma educação do campo. In: *Projeto Semear*. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 2000. p.72-83.

MAGIPACK

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO

PRIMEIRA VERSÃO - 1990

A Escola Sindical pretende desenvolver uma ação educativa que contemple os atuais dirigentes, os quadros intermediários e, a médio prazo, os trabalhadores de base, para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades enquanto indivíduos, trabalhadores, sindicalistas e cidadãos.

Essa formação integral dos sindicalistas é reclamada seja pelo projeto mais amplo de democratização da sociedade, para o qual os trabalhadores contribuem em diversos planos, muitos dos quais supra-sindicais, seja pela própria natureza dos sindicatos integrantes de uma totalidade social que ao mesmo tempo os determina e sofre o impacto de sua ação.

A problemática vital dos trabalhadores, com efeito, não se resume às relações de trabalho, e considerá-los apenas como produtores, em sentido estrito, implicaria em promover uma prática educativa baseada na ideologia coisificante do capital acerca do trabalho. Se é verdade que a prática sindical tem particularidades, inclusive técnicas, não é menos verdade que ela só adquire sentido efetivamente libertário quando traduz uma compreensão superior da totalidade social e da dialética por vezes complexa entre o mundo do trabalho e as demais dimensões da experiência humana.

O sindicalismo democrático, por isso mesmo, requer de seus agentes uma visão integradora da sociedade, capaz de conjugar informações econômicas, políticas, culturais, éticas, de modo a assegurar diretrizes e ações materiais que de fato correspondam à vontade histórica dos trabalhadores, sem descurar quaisquer dados relevantes de sua realidade objetiva e subjetiva. Está a exigir lideranças bem preparadas: com conhecimento da realidade brasileira e internacional, conhecimento mais sistematizado do mundo do trabalho e de sua evolução, com capacidade de elaborar e organizar suas idéias, com clareza de objetivos, capazes de nortear a luta dos trabalhadores por uma sociedade democrática e participativa. Além do mais, na dinâmica da luta sindical começa a estar presente a preocupação de reinventar a vida individual e coletiva, como um elemento sem o qual a formação do dirigente sindical ficaria incompleta, desequilibrada.

Tal proposta educativa, no entanto, coloca algumas necessidades, que as diversas práticas existentes no campo da educação sindical e popular têm reiteradamente explicitado:

A necessidade de estabelecer os conteúdos programáticos a partir de um instrumental rigoroso de análise da realidade, aproveitando-se o que de melhor as ciências sociais e as demais ciências podem oferecer, e evitando-se a pura doutrinação ideológica, que não ensina a investigar nem a compreender a realidade. Trata-se, por outro lado, de tornar o ato de estudar e o processo de aprender em algo consciente, lúcido: "estudar é assumir uma atitude séria e curiosa diante de um problema, na procura de compreender as

coisas e os fatos. Estudar exige disciplina. Não é fácil porque estudar é criar e recriar e não repetir o que os outros dizem." (FREIRE. *A importância do ato de ler*, p.67)

A necessidade de iniciar-se uma análise sistemática, baseada nos avanços da psicologia e de disciplinas afins, das questões referentes à formação individual no interior da luta sindical. Por exemplo: qual o impacto cultural e comportamental sofrido por um operário fabril ou por um trabalhador rural ao assumir a condição de dirigente sindical, isto é, uma posição de poder dentro das entidades de trabalhadores? As relações interpessoais mantidas no cotidiano sindical são qualitativamente diferentes das relações autoritárias vividas por estes trabalhadores na família, na escola, na fábrica, no campo? Até onde as relações interpessoais de cunho autoritário afetam a própria ação do sindicato enquanto sujeito coletivo? Como o sindicato pode contrapor-se às relações autoritárias e discriminatórias predominantes no conjunto da sociedade?

A necessidade de um estudo aprofundado acerca da dinâmica dos grupos: como se estruturam os agrupamentos sociais, institucionalizados ou não, do ponto de vista psicossocial? Quais as diferenças significativas, nesse particular, entre sindicatos, comissões de fábrica, comunidades de bairro etc.? Como se estabelecem e se mantém as relações de poder num grupo? Liderança/liderados, coordenações, colegiados...

Como estruturar o grupo de forma democrática? E o que significa a democracia a nível individual e grupal? Que relação existe entre uma prática autoritária ou democrática no Sindicato e o trabalho com a classe?

Repensar essas diversas questões, procurando conjugar dialeticamente o individual ao coletivo, o rigor à criatividade, eis o grande desafio que a Escola Sindical tem pela frente, na busca de homens e mulheres capazes de intervir numa sociedade dinâmica e conflitiva enquanto indivíduos autônomos unidos por uma mesma vontade política.

Metodologia

Em função dos limites, necessidades e avanços do movimento sindical, a Escola Sindical pretende, na realização de suas atividades, utilizar uma metodologia coerente com o projeto de emancipação político-ideológica da classe trabalhadora, projeto que vai se elaborando na luta e na reflexão-teorização sobre essa mesma luta. E a Escola é um instrumento, entre outros, no pensar e no fazer esse projeto de uma nova sociedade, de um novo mundo social, cultural, moral.

Ela deverá incorporar ao seu projeto as experiências e reflexões acumuladas no campo

da educação sindical e popular assim como da pedagogia transformadora em geral, buscando uma alternativa à educação dominante, autoritária, elitista, excludente, contribuindo com os meios ao seu dispor para o desenvolvimento de uma nova prática educacional, gestada e assumida pelos trabalhadores e ligada às múltiplas dimensões da sua vida cotidiana.

Da análise das experiências educacionais formais ou não formais e do exame da realidade histórica, resultam algumas indicações político-pedagógicas:

> Todo homem é capaz de pensar, é capaz de ter e compreender idéias. Isto parece óbvio, mas nunca é demais repeti-lo, sobretudo em uma sociedade que seleciona previamente aqueles que devem pensar e aqueles que devem somente trabalhar e produzir, desestimulando as grandes massas de pensar e opinar, difundindo para isso, por meios velados e ostensivos, uma ideologia que considera a capacidade de reflexão e expressão um *dom* das minorias dominantes...

A Escola Sindical procurará contribuir para que os trabalhadores e dirigentes sindicais possam exercitar sua capacidade autônoma de pensar e de se expressar. Para isso, ela deverá garantir a todos os educandos a possibilidade de conhecer os vários aspectos dos fenômenos enfocados, as diferentes visões da realidade, as diversas concepções do mundo, pois, do contrário, estaria subtraindo-lhes a capacidade de construir o seu próprio conhecimento. "De fato, os trabalhadores, na medida em que rompem o isolamento e a impotência a que estavam submetidos, reaprendem a aprender e a determinar eles mesmos seu perfil, seu percurso e seu destino." (VÁRIOS. *Vivendo e aprendendo*; experiências do IDAC em educação popular, p.126).

O trabalhador, exatamente por sua capacidade de pensar e de adquirir conhecimentos, chegará à Escola Sindical com um conhecimento acumulado. Cada trabalhador tem sua visão de mundo, tem suas idéias, sua maneira de ver e sentir as várias situações sociais, econômicas, políticas e culturais. Todo este saber vem sendo adquirido e reelaborado na vivência de um universo sócio-cultural e político – na família, na escola, na igreja, no trabalho, na prática sindical, na participação em lutas concretas e no contato com os meios de comunicação, em especial, com a televisão e o rádio.

Este reconhecimento do saber acumulado nos leva a combater a posição ideológica, nem sempre explicitada, de que só se estuda na escola, de que ela seria a matriz do conhecimento. Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior sem que tenha nada a ver com o rigoroso saber intelectual. Na verdade, porém,

este saber tão desdenhado, "saber de experiência feita", tem de ser o ponto de partida em qualquer trabalho de educação popular orientado no sentido da criação de um conhecimento mais rigoroso por parte das massas populares. (FREIRE. *A importância do ato de ler*, p.68)

O desafio que se coloca para os educadores e para suas instituições de formação é como partir de fato desse conhecimento acumulado e fazê-lo interagir com o saber já sistematizado, sem que um se subordine previamente ao outro, nem que este ou aquele seja desqualificado pela sua origem empírica ou acadêmica, antes levando-os a se vivificarem mutuamente. O conhecimento do educando não pode, de um ponto de vista democrático, servir como mero trampolim para a verdade do educador ou da entidade de formação. Não se trata de fazer uma concessão ao educando, como artifício pedagógico, para logo em seguida repassar-lhe o saber dos que já sabem, nem tampouco de propor um diálogo entre educador e educando com o itinerário do diálogo já previamente determinado pelo educador e as suas conclusões previamente estabelecidas. Trata-se, isto sim, de deflagrar uma dialética entre duas modalidades de experiência intelectual e de saber igualmente válidas e legítimas, para que da sua contraditória integração possa resultar um conhecimento superior, a um só tempo universal e encarnado na vivência singular.

No trabalho de formação sindical da Escola pensamos enfrentar tal desafio envolvendo os educandos nesta discussão, explicitando o desafio, e priorizando a pesquisa e o estudo coletivo (educadores e educandos) em todas as fases da criação do conhecimento. E nas relações entre os educadores e os educandos, mediatizados pelo objeto a ser desvelado, o importante é o exercício do pensar e da atitude *crítica*, *curiosa* e *criativa* em face do objeto e não o discurso do educador em torno do objeto de estudo e do conhecimento do educando, qualificando-o de certo ou errado. Esta atitude deve ser adquirida e aprimorada durante todo o processo pedagógico, que se estende pelo dia-a-dia da vida sindical e pelas múltiplas relações que se estabelecem no universo social. Não se trata, portanto, de entregar ou transferir aos trabalhadores a explicação mais rigorosa dos fatos como algo acabado, estático. Trata-se de reproduzir, no processo educativo, o espírito inerente à luta dos trabalhadores de que todos os direitos conseguidos são uma conquista e que o saber também deve ser uma conquista individual e coletiva. "Uma verdade só é fecunda quando se fez um esforço para conquistá-la. Ela não existe em si e por si, mas foi uma conquista do espírito, e em cada indivíduo é necessário que se reproduza aquele estado de ansiedade que atravessou o estudioso antes de alcançá-la... Este representar, de fato, aos ouvidos a série de esforços, erros e acertos através dos quais passaram os homens para alcançar o conhecimento atual, é muito mais

educativo que a exposição esquemática deste mesmo conhecimento." (GRAMSCI)

Partiremos, pois, do princípio pedagógico de que as palavras, conceitos e teorias só constituirão um enriquecimento se forem resultado e prolongamento da nossa experiência e conquista pessoal, incorporados à vida, em todos seus aspectos, dos trabalhadores.

TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

A partir dessa opção político-pedagógica, coloca-se para a Escola a necessária pesquisa de meios e situações de aprendizagem que permitam aos educadores e educandos exercerem o papel de sujeitos do processo de aprendizagem. Em função de semelhante entendimento, pensamos em algumas propostas:

Ao elaborar a nossa programação de cursos, seminários e outras atividades, partiremos da realidade concreta do movimento sindical: seu grau de organização e o nível real de consciência dos trabalhadores; o estágio atual e a natureza de suas lutas; especificidades do sindicalismo rural e urbano; carências imediatas e históricas etc.

Além de partir da realidade vivida pelos educandos, ainda que de modo não paternalista, é necessário utilizar técnicas e recursos pedagógicos compatíveis com o universo cultural dos educandos. Para isso, será necessário constante pesquisa, envolvendo educadores e educandos, das formas de expressão popular, desde a linguagem propriamente dita até seus cantos, suas danças, sua arte, enfim. A expressão política dos trabalhadores certamente passa pelo resgate daquilo que poderíamos chamar de discurso das classes populares, não raro estigmatizado pelas elites dominantes.

De alguma forma, os recursos pedagógicos devem contemplar as particularidades de vida e trabalho dos trabalhadores rurais e urbanos. Eles devem ser permeados pela experiência existencial desses trabalhadores.

Assim também, cabe politizar, no processo educativo, a dimensão lingüística das relações sociais. A língua, falada ou escrita, é uma forma importante do homem se apoderar de si e do mundo. É uma forma de poder. O domínio das diversas modalidades de comunicação/expressão lingüística, seja a língua falada ou escrita, seja a linguagem lógico-conceitual ou o discurso *narrativo*, impõe-se ao trabalhador que pretende confrontar o poder e a linguagem patronal. Sem estabelecer falsas hierarquias entre os diversos usos da linguagem, sem erigir qualquer variante

lingüística em padrão corretivo, é essencial que se desenvolva a expressão oral (geralmente já tão rica) e escrita dos educandos, possibilitando a ampliação do seu repertório lingüístico, incentivando o registro oral e escrito da experiência vivida, através do jornal, do áudio-visual, do vídeo, entre outros recursos. A linguagem enquanto leitura e escrita do mundo, entendimento e expressão do mundo.

Para que, na prática educativa, o conhecimento seja vivenciado como uma conquista de fato, cremos que deve privilegiar-se a pesquisa em todos os momentos do processo de formação: na escolha e organização das atividades, na explicitação do saber do educando e do seu contexto de vida, na busca de novas informações e de recursos pedagógicos adequados e até na avaliação objetiva dos resultados do trabalho de ensino-aprendizagem.

Resgatar as técnicas e recursos pedagógicos já elaborados e vivenciados por outras iniciativas educacionais, promovendo o maior intercâmbio possível com estas várias experiências.

Apesar de estarmos convencidos da importância do uso de técnicas e recursos pedagógicos no processo de formação sindical, devemos ter o cuidado de que as técnicas não venham a ocupar o lugar do educando, tornando-se um fim em si mesmas. Que elas não se transformem em máscara modernizante para esconder uma relação educativa tradicional. De nada valem técnicas pretensamente participativas se não estiverem a serviço de um autêntico processo de (re)criação pessoal do conhecimento, que pode inclusive subverter os limites do saber já sistematizado.

Por isso, é indispensável que a Escola crie condições para o estudo e a crítica sistemática das técnicas educacionais, conservadoras ou progressistas, explicitando para os educandos a sua lógica, desmistificando a sua aura, o seu poder mágico. Trata-se de montar e desmontar com os próprios educandos a maquinaria educacional. Questionando da mesma forma a pedagogia implícita da imprensa, do rádio, da televisão etc.

Para facilitar o entrosamento entre os participantes dos cursos e seminários, e com isso a própria aprendizagem coletiva, os grupos de educandos deverão ser, tanto quanto possível, homogêneos, levando-se em conta critérios tais como o nível do conhecimento específico, a experiência de luta sindical e popular, o universo cultural de origem etc.

Da mesma forma, os conteúdos programáticos deverão ser tratados em níveis diferentes de complexidade, conforme o elenco de participantes. O

processo de formação, no que diz respeito à Escola, supõe a participação de cada educando em cursos de nível crescente de complexidade.

Assim, o mesmo tema, em momentos diferentes, será tratado de vários ângulos complementares, partindo do mais simples (que está ao alcance dos participantes) ao mais complexo (quando novas informações e sínteses já foram adquiridas e elaboradas pelos sujeitos do processo educativo). É importante ressaltar que o mais simples não é definido *a priori*, mas a partir do nível de conhecimento e elaboração dos sindicalistas envolvidos na ação educativa – o que é simples para um grupo pode ser complexo para outro grupo.

Avaliação político-pedagógica

Consideramos a avaliação, em coerência com a percepção pedagógica da Escola Sindical, como um fato educativo, e não só como uma atividade isolada que é responsabilidade exclusiva dos educadores. A avaliação é o momento de diagnosticar todo o processo de formação. A avaliação deve permitir a todos os participantes – educadores e educandos – apropriar-se coletivamente dos resultados, do novo conhecimento, ao mesmo tempo que vão tomando consciência dos passos seguidos na gestação deste conhecimento. Por isto mesmo, a avaliação terá que ser permanente, tendo como referência os objetivos da formação sindical e os interesses de emancipação político-ideológica da classe trabalhadora, mediatizada pelo mundo do trabalho e pela luta sindical:

> Que transformações estão ocorrendo no mundo do trabalho e sindical?
>
> Que transformações estão se dando nas estruturas de produção e na ordem dos comportamentos?
>
> Em que medida o trabalho de formação sindical está contribuindo nestas transformações e em que direção estão se dando?

A questão está em como viabilizar e sistematizar, de fato, o processo avaliativo. Faz parte de todo o projeto da Escola Sindical buscar formas cada vez mais eficientes e globalizadoras de avaliação, através da troca de experiências, do estudo e da pesquisa.

ANEXOS

7 DE OUTUBRO

O nome da Escola Sindical é uma homenagem aos 33 operários metalúrgicos mortos e mais de 3.000 feridos a bala, no dia 7 de outubro de 1963, na repressão a uma greve dos trabalhadores da USIMINAS, em Ipatinga, região metalúrgica de Minas Gerais.

O estopim da greve foram as arbitrariedades do corpo de vigilância interna, conjugadas com a repressão policial sobre os trabalhadores que se mobilizaram contra a má alimentação, o baixo salário, as más condições dos alojamentos e de transporte.

O "Massacre de Ipatinga" foi um prenúncio do período de arbítrio e repressão, que durante 20 anos marcou a vida política e cultural da população brasileira.

PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

A participação do movimento sindical na gestão da Escola se dá através dos sindicatos e da CUT, definindo o plano de trabalho, o orçamento e as questões gerais de funcionamento.

Qualquer entidade sindical filiada à CUT nesses estados pode se associar à Escola. Basta fazer o pedido por ofício, acompanhado de cópia da ata da reunião da diretoria, que o aprovou. Com isso, a entidade integra a Assembléia, passando a participar da gestão da Escola, da definição do plano de trabalho, do orçamento, de seu funcionamento etc. e obtém, assessoria para a estruturação de seu trabalho de formação e descontos especiais em taxas de inscrição, na locação do espaço e na contratação de serviços. Como contrapartida, o associado passa a contribuir com um valor pago anualmente, que corresponde a um por cento de suas receitas com mensalidades de associados.

Estrutura de gestão da Escola

As instâncias de direção da Escola Sindical 7 de Outubro são:

Assembléia Geral

Constituída pelos sócios (sindicalistas, assessores sindicais e pesquisadores) que fundaram a Escola, pela CUT nacional e pelas entidades sindicais filiadas às regionais da CUT de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo e associados à Escola.

Conselho Deliberativo

Composto pelos secretários de formação da CUT nacional e das regionais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; por um representante dos funcionários da Escola; por um representante dos sócios fundadores e por seis representantes das entidades sindicais associadas.

Conselho Fiscal

Composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleito pela Assembléia Geral.

Coordenação Executiva

A coordenação da Escola é composta por três membros: o coordenador geral, o coordenador administrativo-financeiro e o coordenador de formação, nomeados pelo Conselho Deliberativo, *ad referendum* da Assembléia Geral.

Infra-estrutura da Escola

A atual sede da Escola Sindical 7 de Outubro foi inaugurada em 1990 e planejada para oferecer todas as condições necessárias à realização de eventos. Sua arquitetura moderna conjuga conforto e funcionalidade, numa combinação perfeita para o trabalho e o lazer.

Os recursos pedagógicos e uma eficiente infra-estrutura de apoio possibilitam melhor desempenho nas atividades didáticas.

Além de servir às atividades formativas desenvolvidas pela Escola, o espaço físico também é oferecido, em alocação, a entidades e instituições para realização de suas atividades.

A infra-estrutura da Escola oferece:

Auditório com 200 lugares e cabine para gravação de vídeo, áudio e tradução simultânea.

Salas-plenárias com capacidade para até 60 pessoas e salas de trabalho em grupo, para 12 pessoas.

Em dormitórios confortáveis, a Escola está preparada para hospedar 92 pessoas.

A cozinha tem capacidade para fornecer 400 refeições/dia.

A Escola possui também uma ilha de edição S-VHS para vídeos institucionais e comerciais.

A quadra de peteca é uma das opções de lazer.

FUTURA SEDE
ESCOLA SINDICAL
7 DE OUTUBRO
PROJETO CUT ESCOLA SINDICAL 7 DE OUTUBRO
APOIO CISL / FIM / ISCOS

10 Anos
Escola Sindical 7 de Outubro
CUT
FRUTO DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES
CUT
CISL-FIM ISCOS
ILDESFES

Atividades realizadas (1989-2001)

ANO	ATIVIDADES	PARTICIPANTES
1989	21	594
1990	25	654
1991	46	1.077
1992	52	1.222
1993	80	2.140
1994	28	756
1995	42	971
1996	66	1.908
1997	63	1.877
1998	89	2.665
1999	227	7.302
2000	629	19.212
2001	798	23.031
Total	2.166	63.409

Publicações da Escola Sindical 7 de Outubro

1992
Outras falas... em processo de trabalho
Outras falas... em negociação coletiva

1993
Jogos de Cintura

1996
Contratação coletiva e reestruturação produtiva: Suécia e Japão
Matemática sindical: conceitos e cálculos úteis à negociação coletiva
Sindicalismo internacional: América Latina e Europa Oriental

1998
Contratação coletiva e reestruturação produtiva: Estados Unidos e Itália
O café no Sul de Minas: produção, trabalho e vida
Plasmando a globalização a partir de baixo

2000
Outras falas... educação do trabalhador
Projeto Semear
Plantar conservando o solo
Horticultura orgânica
Conselhos de Desenvolvimento Rural

Cooperação internacional FIM/CISL-ISCOS

A colaboração entre os trabalhadores da Itália, através da CISL, central sindical daquele país, e da FIM, federação dos metalúrgicos italianos, com os trabalhadores brasileiros data do final dos anos setenta, período em que surgia, no Brasil, o Novo Sindicalismo, coroado posteriormente com a fundação da Central Única dos Trabalhadores. Já naquele momento histórico, a CISL manifestou plena sintonia com o sindicalismo democrático e autônomo.

A relação que se estabeleceu entre os trabalhadores dos dois países e, de modo particular, o intercâmbio entre trabalhadores do setor metalúrgico tornaram conhecido na Itália o sindicalismo brasileiro representado pela CUT – expressão direta do amadurecimento de uma nova consciência dos direitos, que encontra na organização sindical o instrumento para fazer valer as reivindicações econômicas e políticas.

A formação sindical e o intercâmbio constituem o eixo em torno do qual se desenvolve essa cooperação. A experiência da CISL que, graças à formação sindical, havia se tornado, no final dos anos 80, uma central representativa e inovadora, com um forte pluralismo interno, teve um papel decisivo na organização das bases materiais e imateriais das estruturas políticas e de pesquisa para a formação cutista. A construção da Escola Sindical 7 de Outubro e a constituição da rede de formação são resultados significativos dessa atuação conjunta.

Em 1987, a FIM/CISL desencadeou na Itália uma campanha denominada "Uma escola para a CUT", arrecadando os recursos necessários para a compra do terreno onde hoje se situa a Escola Sindical 7 de Outubro. Através de um outro projeto, apresentado ao governo italiano, o ISCOS – organização criada pela CISL para coordenar suas atividades de cooperação e intercâmbio – conseguiu os recursos que viabilizaram a estruturação da atual sede e a realização, por um período de três anos, de parte das atividades de formação.

Mais recentemente, essa cooperação possibilitou a realização de 95 cursos e 82 seminários, dos quais participaram mais de 5600 pessoas, entre dirigentes e assessores do movimento sindical cutista. Todos os projetos – além do financiamento público, através da União Européia e do Ministério das Relações Exteriores da Itália – recebeu a contribuição voluntária dos trabalhadores italianos. Isso conferiu a cada ação um valor solidário decisivo para o crescimento da consciência de que o sindicalismo tem um papel importante na organização dos trabalhadores a nível internacional.

Os programas formativos diziam respeito, ao mesmo tempo, aos conteúdos da ação sindical e à formação de formadores. Os temas enfocados – a educação, o sistema de negociação e contratação coletiva, a democratização das relações de trabalho, a organização sindical e outros – forneceram um terreno sobre o qual novas metodologias foram experimentadas e inovações foram produzidas.

A avaliação positiva da experiência de intercâmbio, tem servido para reafirmar o recíproco desejo de garantir a continuidade da cooperação entre o sindicalismo italiano e o brasileiro, considerando os desafios que se colocam atualmente para o movimento sindical internacional.

Para saber mais, acesse:

CISL - http://www.cisl.it

FIM - http://www.cisl.it/fim

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ILDESFES

A cooperação entre a Escola Sindical e o Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social, representação da Fundação Friedrich Ebert no Brasil (ILDESFES) iniciou-se já nos primeiros anos de existência da Escola e tornou possível a execução de numerosas atividades e várias publicações.

Diversos temas compuseram, ao longo desses anos, a área de atuação conjunta. No campo da gestão sindical e do planejamento estratégico, foram realizadas, em cooperação com o ILDESFES, diversas atividades de capacitação de moderadores de atividades formativas e seminários de planejamento estratégico em entidades sindicais. Tendo construído uma abordagem que reúne elementos do Planejamento Estratégico Situacional (PES), da Análise Institucional e da Moderação de Processos de Discussão Grupal, essas atividades contribuíram significativamente com a formação e consolidação do Programa Nacional de Administração Sindical Cutista (PASC), no início dos anos 90, e, posteriormente, do Núcleo Temático de Organização e Gestão Sindical.

A Escola desenvolveu também um programa regional de formação sobre relações de gênero, com a cooperação do ILDESFES, com a intenção de discutir as questões em torno da diferença sexual, da divisão sexual de trabalho, das emoções e das relações de poder entre os sexos.

Diversas atividades realizadas conjuntamente enfocaram os desafios apresentados pelas transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a organização sindical, os rumos da reforma sindical e do sistema de relações de trabalho, em curso no Brasil. Além disso, essa cooperação tem facilitado o intercâmbio com o movimento sindical alemão, numa rica troca de experiências proporcionada por visitas de dirigentes sindicais alemães ao Brasil e de sindicalistas brasileiros à Alemanha.

O campo de cooperação entre a Escola e o ILDESFES mais recente é o da comunicação. Discutem-se as novas tecnologias informacionais buscando identificar os desafios que elas colocam para a ação e para a formação sindicais e as formas de exploração criativa desses recursos.

Para saber mais, acesse:

ILDESFES - http://www.fes.org.br

Fundação Friedrich Ebert - http://www.fes.de

Cooperação internacional

DGB Bildungswerk

A relação de intercâmbio estabelecida entre a Escola Sindical e a Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB) se materializou na realização de diversos seminários de discussão sobre a estrutura, a organização e a ação sindicais nos dois países, com o objetivo de que a globalização não seja apenas uma imposição do capital, mas que traga a marca da solidariedade internacional entre os trabalhadores.

Dentre as ações realizadas em comum, destaca-se o intercâmbio entre formadores sindicais da Alemanha, África do Sul e Brasil, promovido com o objetivo de conhecer mais de perto alguns setores produtivos presentes nos três países, discutindo, a partir de situações concretas de trabalho, projetos comuns de cooperação no campo da formação sindical.

Em 1998, realizou-se também um programa de intercâmbio entre trabalhadores brasileiros e alemães dos setores siderúrgico e mineral que possibilitou o encontro de delegações dos dois países em um seminário de discussão de políticas conjuntas a serem propostas aos governos brasileiro e alemão, visando a vencer a exclusão social e o desemprego na cadeia produtiva do aço.

Outra área em que a DGB se faz presente em sua relação de cooperação com a CUT é a saúde dos trabalhadores, com atividades de formação de formadores e de formação básica em saúde, trabalho e meio ambiente. Além disso, a CUT, a DGB Bildungswerk e a COSATU (África do Sul) constituem uma rede em que temas de interesse dos diferentes países envolvidos são discutidos: os trabalhadores se organizam ultrapassando as fronteiras nacionais para enfrentar os desafios que a globalização apresenta.

Para saber mais, acesse:

DGB - http://www.dgb.de

DGB-Bildungswerk - http://www.dgb-bildungswerk.de

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EED

A cooperação da Escola Sindical 7 de Outubro com as Igrejas Evangélicas alemãs, iniciou-se em 1997 com atividades de formação sócio-profissional e sindical para mulheres trabalhadoras, com o objetivo de contribuir para ampliar a participação política e social das mulheres tratando do trabalho, da profissão e da cidadania com um enfoque de gênero.

Pretende-se incorporar a questão de gênero na vida sindical e ampliar as atividades de formação que discutam as relações entre mulheres e homens nos diferentes espaços da sociedade. Os dois cursos e cinco seminários, num total de 165 participantes, realizados em cooperação com a EDD – Serviço das Igrejas Evangélicas Alemãs para o Desenvolvimento – nos três anos iniciais do Projeto, contribuíram na construção de um programa regional de formação sobre relações de gênero e influenciaram diretamente na reconfiguração dos programas de formação sindical para homens e mulheres.

Também as numerosas atividades de formação sócio-profissional realizadas entre 1998 e 2000, representaram um esforço de evidenciar a necessidade de que se formulem políticas públicas de assistência para mulheres e jovens de baixa renda e baixa escolaridade. Num trabalho conjunto com o poder público do Município de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais, foram 294 cursos de formação sócio-profissional, beneficiando diretamente 7.084 pessoas. As atividades de formação profissional e para o exercício da cidadania possibilitaram à Escola Sindical desenvolver uma metodologia adequada à formação do trabalhador com um nível de escolaridade que impede seu acesso a outras iniciativas de qualificação profissional.

Atualmente a cooperação com a EED abrange três temáticas: a formação de lideranças femininas e jovens rurais para o desenvolvimento local sustentável; as relações sociais de gênero e de fortalecimento da organização das mulheres; e a formação sócio-profissional de mulheres e jovens.

Para saber mais, acesse:

EMW - http://www.eed.de

Direção nacional da CUT

Presidente
João Antônio Felício

Vice-presidente
Mônica Valente

Secretário Geral
Carlos Alberto Grana

Primeiro Secretário:
Remigio Todeschini

Tesoureiro
João Vaccari Neto

Primeiro Tesoureiro:
José Maria de Almeida

Secretário de Relações Internacionais:
Kjeld Aagaard Jakobsen

Secretário de Formação
Altemir Antonio Tortelli

Secretária de Comunicação
Sandra Rodrigues Cabral

Secretário de Políticas Sociais
Pascoal Carneiro

Secretária de Política Sindical
Gilda Almeida

Secretário de Organização
Rafael Freire Neto

Diretor para Assuntos Institucionais
José Jairo Ferreira Cabral

Diretora Executiva
Maria Ednalva Bezerra de Lima, Rita de Cássia Evaristo, Luzia de Oliveira Fati, Elisângela dos Santos Araújo, Lúcia Regina dos Santos Reis, Jorge Luiz Martins, Temístocles Marcelos Neto, Júnia da Silva Gouvêa, Lujan Maria Bacelar de Miranda, Wagner Gomes, Gilson, Luís Reis, Júlio Turra

Suplentes
José Gerônimo Brumatti, Francisco Alano, Wanderley Antunes Bezerra, Rosane da Silva, Dirceu Travesso, Mônica Cristina Custódio

Conselho Fiscal

Titulares
Rejane Guimarães Pitanga, Donizete Gelinski, Francisvaldo Mendes

Suplentes
Pedro Armengol de Souza, Antonio Luís Farias Guimarães, Neiva

Direção estadual da CUT Minas Gerais

Presidente
Lúcio Célio Guterres

Vice-presidente
José Antônio Lacerda

Secretário geral
Juarez Lopes Pereira

Primeira secretária
Tereza Santos Silva

Tesoureira
Doriane Aparecida Cruz dos Santos

Primeiro tesoureiro
Shakespeare Martins de Jesus

Secretário de comunicação
Marco Antônio de Jesus

Secretária de política sindical
Paulo Moreira dos Santos

Secretário de formação
José Celestino Lourenço

Secretária de políticas sociais
Tânia Mara de Almeida

Secretário de organização
Boaventura Mendes da Cruz

Suplência
Margareth Virginia Trigo Passos, Carlos Augusto Vasconcelos, Celina Alves Patilha

Direção Estadual - Efetivos
Gildásio José Ribeiro, Ruth de Lourdes da Conceição Costa, Dionísio Laranjeiras Macedo, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Rosângela Ribeiro de Faria, Antônio Feliciano dos Santos, Laraene Alves Tolentino Silva

Direção Estadual - Suplentes
Nelson Alves Dias, Alfredo Rosa Loures, Evina Teixeira da Cruz, Paulo Ferreira Chaves, Carlos Nascimento da Cunha, Tarcísio Silva Martins, José Geraldo Leão Cangussu, Ferreth Alves Euclides, Efraim Gomes de Moura, Andréia da Consolação Silva Diniz, Faustino Tomaz Jareno Simarro, Carlos Augusto dos Passos Martins, Renato de Almeida Barros, Edson Teixeira, Valdisnei Honório Alves da Silva

Efetivos do Conselho Fiscal
Austen Hamendani Mudado, Elizabeth do Nascimento Mateus, Claudia Muinhos Ricaldone

Suplência do Conselho Fiscal
Lourdes Aparecida de Jesus, Otaviano Augusto de Oliveira Costa, Júlio César Martins

Direção estadual da CUT Rio de Janeiro

Presidente
Antônio Carlos G. Salles de Carvalho

Vice-presidente
Manoel Jayme Ramos de Souza

Secretário geral
Ronaldo Moreno Melo

Primeira secretária
Maria das Graças Oliveira

Tesoureiro
Adeilson Ribeiro Telles

Primeiro tesoureiro
José Repolez Teixeira

Secretária de políticas sindicais
Isabel Cristina C. F. Baltazar

Secretária de formação sindical
Inalda Alice Pimentel do Couto

Secretário de imprensa e divulgação
Darby de Lemos Igayara

Secretário de políticas sociais
João Lourenço Xavier

Secretário de organização
José Antonio Garcia Lima

Suplência
Victor Marcos Madeira Costa, Vera Lúcia da Costa Nepomuceno , Renato Costa Lima

Direção Efetiva
Carlos Roberto da Silva, João Batista de Araújo Maringá, Marcos Paiva de Farias, Mônica Cristina da Silva Custódio, Cláudia, Barbosa Duarte, Roberto Xavier, Paulo de Moura

Suplência da direção
Greyce Kelly Fernandes de Almeida, Manoel Oscar J. Barbosa, Edson Bezerra Novaes, Renato Costa Lima Filho, Luiz Sérgio de Almeida Dias, Jayme Henrique Nascimento dos Santos, Marco, Aurélio Hartung, José Carlos Gameiro Miragaya, Sueli Pessanha
Cláudio Barbosa, Paulo Roberto de Souza Melo, Rejane de Almeida, Valéria Reis Siqueira, Hélcio Cáceres Guimarães, Tatiana Jacinto Borges

Efetivos do Conselho Fiscal
Pedro Imperiano da Costa, Márcio Ferraz, Carlos Alberto Campos

Suplência do Conselho Fiscal
Alexandre Lopes Francisco, Tarcísio Xavier Pereira, Marco Aurélio Guilherme da Silva

Direção estadual da CUT Espírito Santo

Presidente
Haylson de Oliveira

Vice-presidente
De'Arles Ferreira da Silva

Secretária geral
Janine Vieira Teixeira

Primeiro secretário geral
Francisco Carlos de Azevedo

Secretário de finanças
Ronaldo Rogério F. Oliveira

Primeira tesoureira
Luciene G. Gomes Costa

Secretária de política sindical
Maria Lopes Vieira

Secretário de formação
José Carlos Pigatti

Secretário de políticas sociais
Paulo César Bernardes

Secretária de organização
Maria Betânia Tardin Waichert

Secretária de imprensa
Marinalva C. dos Santos

Suplência
Charles da Vitória Reis, Erineuza Maria da Silva, José Carlos Nunes da Silva

Diretoria Efetiva
Sílvio Pereira Felinto, Marilza Speroto, Wellington Pereira, Jonas Freire Santana, Arthur Rangel Viana, Arlete Luzia B. de Freitas, Aécio Darli de Jesus Leite

Suplentes da direção
Alexandre de Oliveira Fraga, Regina Célia Lima, Lúcio Carlos Faller, Carlos Pereira de Araújo, Décio Alves de Rezende, Paulo Fernando Coutinho, Wagner Luiz M. Papi, Eduardo Facini de Athayde, Ângelo Renato Brambila, Genilda Bochou, Benedito da Silva, Itamar Gaviorno, Osaías Pereira Neto, Luciano de Souza Martins, Sérgio Nogueira Santos

Efetivos do Conselho Fiscal
Eliane de Fátima Inácio, Joel Guilherme Costa, Adelso Pereira Rosa

Suplência do Conselho Fiscal
Jonas Renato Rosa Cabral, Ângela Maria de C. Muniz, Edinaldo Fernandes da Silva

Este livro, composto na fonte Leawood,
foi impresso em Couche Fosco 115g na
Segrac Editora e Gráfica Limitada
segrac@segrac.com.br